Secretaria de Estado da Economia

Boletim Econômico

Este boletim apresenta um resumo das principais receitas do Estado de Goiás, incluindo a Receita Corrente Líquida, a Receita Total, a Arrecadação Bruta, a Execução Orçamentária e o Resultado Orçamentário.
Atualizado no mês desta edição.

Edição de agosto de 2026



A edição de agosto de 2026 apresenta os principais destaques da arrecadação estadual, com foco no desempenho do ICMS por setores macroeconômicos, além dos resultados do IPVA, ITCD, PROTEGE, FUNDEINFRA e das Transferências Constitucionais.

No campo das despesas, o boletim detalha a execução orçamentária, contemplando as etapas de dotação, empenho, liquidação e pagamento, bem como a distribuição por grupos de despesa e modalidade de aplicação.

Em agosto de 2026, o Estado de Goiás registrou uma Receita Total acumulada de R$ 33,51 bilhões, resultado que representa um crescimento acumulado de 5,54% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mesmo período, as despesas liquidadas somaram R$ 33,17 bilhões, gerando um Resultado Orçamentário de R$ 335,57 milhões.

A Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses atingiu R$ 46,96 bilhões, representando um crescimento de 5,25%.

Renata Lacerda Noleto
Secretária de Estado da Economia

SUMÁRIO

1. Receita Orçamentária	**7**
1.1 Receita Total (RT)	8
1.2 Transferências Correntes	10
2. Arrecadação Tributária	**11**
2.1 Arrecadação bruta do ICMS	12
2.2 Análise por Setor	13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA	20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD	21
2.5 Recuperação de Créditos	22
2.6 Arrecadação do PROTEGE	23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA	24



SUMÁRIO

3. Execução Orçamentária 25

3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes) 26

3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo) 28

3.3 Despesa Liquidada 30

3.4 Mínimos Constitucionais 31

4. Principais Resultados 33

4.1 Resultado Orçamentário 34

4.2 Resultado Primário 35

4.3 Receita Corrente Líquida (RCL) 36

4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL 37

4.5 Disponibilidade de Caixa 38



Desempenho da Receita Estadual em agosto de 2026

O Estado de Goiás registrou uma receita total de R$ 33,51 bilhões de janeiro a agosto de 2026, representando um crescimento de 5,54% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as Receitas Orçamentárias Líquidas, após as transferências para os municípios e para o FUNDEB, o ICMS apresentou um aumento de R$ 1,62 bilhão (13,77%) na comparação com o mesmo período de 2025. As receitas do IPVA registraram um crescimento acumulado de R$ 16,51 milhões (2,34%), enquanto o ITCD apresentou uma queda de arrecadação de R$ 20,54 milhões (-4,35%).

Elevação das transferências correntes

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de receita oriundas de transferências correntes do Governo Federal. No acumulado de janeiro a agosto de 2026, o FPE registrou montante de R$ 3,39 bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou R$ 3,39 bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de 13,81% e o FUNDEB aumento de 24,26%.

Arrecadação bruta em agosto de 2026

A arrecadação bruta do ICMS de janeiro a agosto de 2026 apresentou um crescimento de 12,32% em relação ao mesmo período de 2025, alcançando R$ 22,27 bilhões, contra R$ 19,83 bilhões do ano anterior. Esse resultado foi impulsionado pelos seguintes setores: Combustíveis, que apresentou aumento de 18,50%, devido à atualização das alíquotas do ICMS monofásico, à evolução dos volumes comercializados e à alteração no calendário de recolhimento implementada em 2025; no setor de Energia Elétrica, a arrecadação registrou incremento de 27,06%, influenciado por fatores como o reajuste tarifário e os efeitos do programa “Negocie Já II”; e Comunicação (17,67%), influenciada pela regularização de débitos e pelo fortalecimento das atividades de monitoramento fiscal.

Destaque na arrecadação bruta do IPVA, ITCD e FUNDEINFRA

No acumulado de janeiro a agosto de 2026, a arrecadação bruta do IPVA foi de R$ 1,80 bilhão (-0,28% em relação a 2025). O ITCD somou R$ 577,31 milhões (-3,80%). Já o FUNDEINFRA arrecadou R$ 166,83 milhões, queda de 74,92% frente ao mesmo período de 2025 (R$ 665,15 milhões), em razão do encerramento da contribuição pela Lei nº 24.133/2026.

Investimentos em saúde e educação

Na aplicação de recursos vinculados, a área da saúde registrou R$ 4,82 bilhões em despesas empenhadas. Já na educação, de janeiro a agosto de 2026 foram empenhados, com Recursos de Impostos (exceto FUNDEB), R$ 2,40 bilhões, enquanto as Despesas custeadas com recursos do FUNDEB somaram R$ 3,18 bilhões. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou R$ 5,58 bilhões.

Principais resultados fiscais

O Estado apresentou, no acumulado até agosto, superávit orçamentário de R$ 335,57 milhões e déficit primário de R$ 1.243,20 milhões. A Receita Corrente Líquida atingiu R$ 46,96 bilhões em agosto (acumulado dos últimos 12 meses), representando um crescimento de 5,25% em relação a 2025. Em relação ao indicador de Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada, esse percentual ficou em 40,58%, abaixo do limite de alerta de 43,74%.

Por fim, a Disponibilidade de Caixa Bruta somou R$ 11,47 bilhões. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), um montante de R$ 2,96 bilhões, dos Restos a Pagar de R$ 557,87 milhões e de outras obrigações financeiras de R$ 384,96 milhões, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou R$ 7,57 bilhões.

1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.1 Receita Total (RT) 8
1.2 Transferências Correntes 10

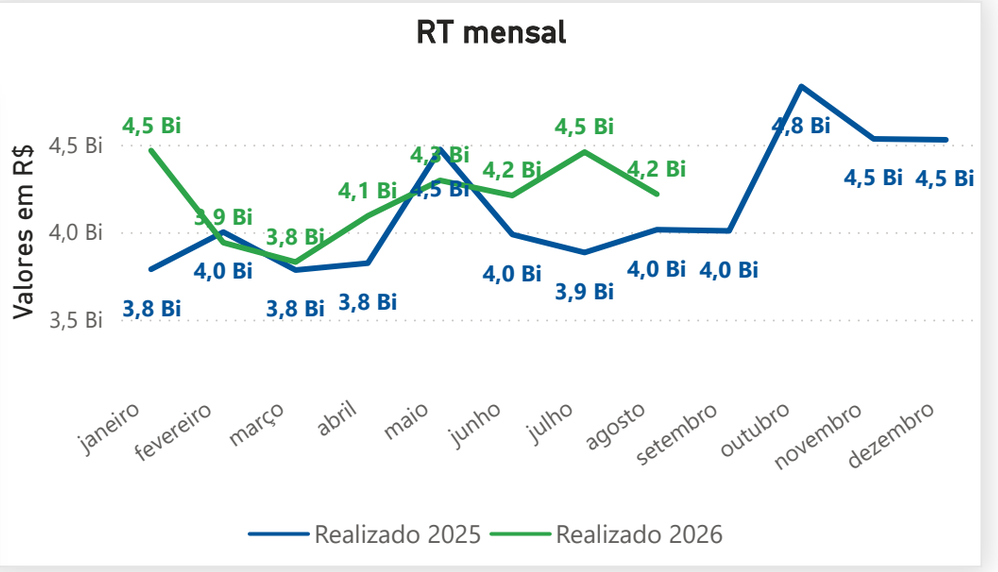
Esta seção apresenta uma visão geral da arrecadação estadual, comparando-a ao mesmo período do ano anterior. Além disso, apresenta-se um panorama sintético das receitas orçamentárias, seguindo um formato semelhante ao do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Por fim, detalham-se as receitas oriundas das transferências correntes.

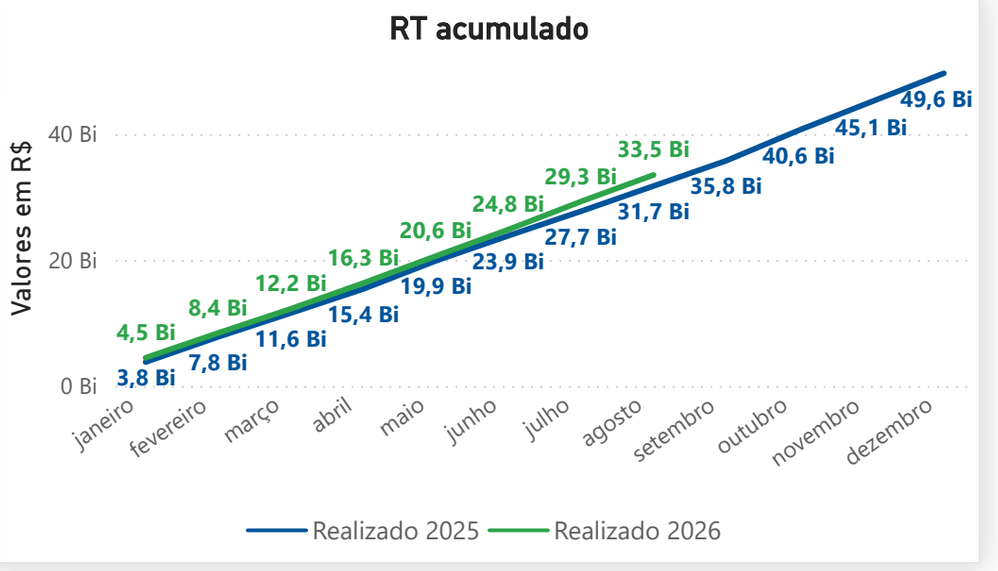


Receita Total (RT)

Acumulada e mensal

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 2025	Acumulado 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) Acumulado
janeiro	3.787 Mi	4.466 Mi	3.787 Mi	4.466 Mi	17,93%	17,93%
fevereiro	4.000 Mi	3.940 Mi	7.788 Mi	8.406 Mi	-1,51%	7,94%
março	3.783 Mi	3.829 Mi	11.571 Mi	12.235 Mi	1,21%	5,74%
abril	3.822 Mi	4.093 Mi	15.393 Mi	16.328 Mi	7,07%	6,07%
maio	4.473 Mi	4.296 Mi	19.866 Mi	20.623 Mi	-3,96%	3,81%
junho	3.986 Mi	4.209 Mi	23.852 Mi	24.832 Mi	5,59%	4,11%
julho	3.883 Mi	4.458 Mi	27.735 Mi	29.290 Mi	14,79%	5,61%
agosto	4.014 Mi	4.217 Mi	31.749 Mi	33.507 Mi	5,06%	5,54%
setembro	4.007 Mi		35.756 Mi			
outubro	4.833 Mi		40.589 Mi			
novembro	4.533 Mi		45.122 Mi			
dezembro	4.528 Mi		49.649 Mi			





No acumulado de agosto de 2026, a Receita Total atingiu **R$ 33,51 bilhões**, representando crescimento de **5,54%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A Receita Total se divide em:

- Receitas Correntes, representando o montante de **R$ 32,19 bilhões**;
- Receitas de Capital, representando o montante de **R$ 85,15 milhões**.
- Receitas intraorçamentárias, representando o montante de **R$ 1.231,14 milhões**.

Os detalhes estão na Tabela da página 9.

Receita Total (RT)

Resultado em agosto de 2026

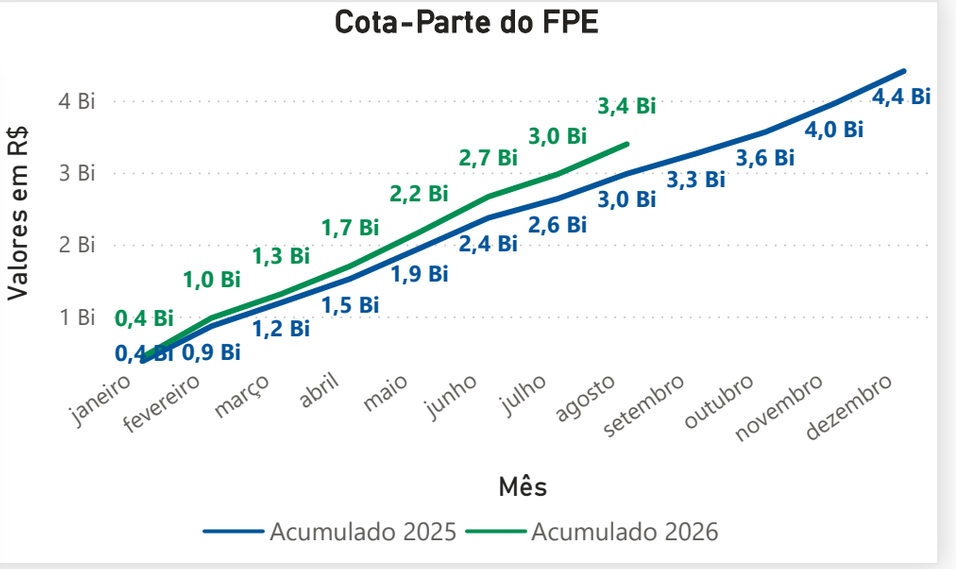
Natureza de receita	Acumulado 2026 (Realizado até Ago)	Acumulado 2025 (Realizado até Ago)	Diferença (2026 - 2025)	Diferença % (2026 - 2025)
1. RECEITAS CORRENTES	32.190,83 Mi	30.498,81 Mi	1.692,02 Mi	5,55%
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19.000,20 Mi	17.040,36 Mi	1.959,84 Mi	11,50%
ICMS	13.366,13 Mi	11.748,27 Mi	1.617,85 Mi	13,77%
IPVA	720,66 Mi	704,15 Mi	16,51 Mi	2,34%
ITCD	451,88 Mi	472,42 Mi	-20,54 Mi	-4,35%
IRRF	2.173,45 Mi	2.059,55 Mi	113,89 Mi	5,53%
Outras receitas tributárias	2.288,08 Mi	2.055,95 Mi	232,12 Mi	11,29%
1.2. CONTRIBUIÇÕES	1.400,04 Mi	1.320,22 Mi	79,82 Mi	6,05%
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	1.456,91 Mi	1.863,55 Mi	-406,64 Mi	-21,82%
1.4. RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi	0,09 Mi	-0,09 Mi	-96,38%
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	128,35 Mi	117,63 Mi	10,72 Mi	9,11%
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.945,00 Mi	7.116,58 Mi	828,43 Mi	11,64%
Cota-Parte do FPE	3.392,99 Mi	2.981,31 Mi	411,68 Mi	13,81%
Transferências da LC 61/1989	97,11 Mi	79,85 Mi	17,27 Mi	21,62%
Transferências do FUNDEB	3.390,04 Mi	2.728,12 Mi	661,92 Mi	24,26%
Outras Transferências Correntes	1.064,87 Mi	1.327,30 Mi	-262,43 Mi	-19,77%
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.260,32 Mi	3.040,38 Mi	-780,05 Mi	-25,66%
Contribuições ao PROTEGE	1.232,25 Mi	1.237,04 Mi	-4,79 Mi	-0,39%
FUNDEINFRA	166,83 Mi	673,29 Mi	-506,46 Mi	-75,22%
Demais Receitas Correntes	861,24 Mi	1.130,05 Mi	-268,81 Mi	-23,79%
2. RECEITAS DE CAPITAL	85,15 Mi	67,10 Mi	18,05 Mi	26,90%
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
2.2. ALIENAÇÃO DE BENS	5,20 Mi	12,10 Mi	-6,90 Mi	-57,02%
2.3. AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	6,01 Mi	6,69 Mi	-0,67 Mi	-10,09%
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	73,89 Mi	48,30 Mi	25,59 Mi	52,98%
2.5. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,04 Mi	0,01 Mi	0,03 Mi	337,76%
Demais receitas primárias	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi	
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	32.275,98 Mi	30.565,91 Mi	1.710,07 Mi	5,59%
Receitas Intraorçamentárias	1.231,14 Mi	1.183,14 Mi	48,00 Mi	4,06%
RECEITA TOTAL	33.507,12 Mi	31.749,05 Mi	1.758,07 Mi	5,54%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (S/ FONTES RPPS)	29.877,19 Mi	27.984,84 Mi	1.892,36 Mi	6,76%

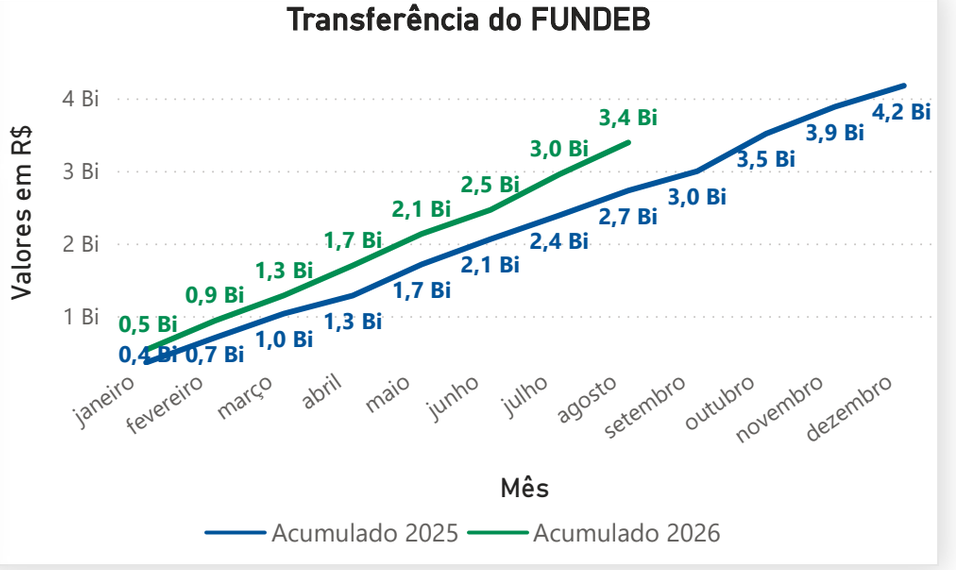
Esta tabela traz uma fotografia mais detalhada das receitas estaduais contidas no Anexo 1 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) até o mês de **agosto** de 2026.

Transferências Correntes

Resultado em agosto de 2026

Mês	Mensal 2025 (FPE)	Mensal 2026 (FPE)	Acumulado 2025 (FPE)	Acumulado 2026 (FPE)	Mensal 2025 (FUNDEB)	Mensal 2026 (FUNDEB)	Acumulado 2025 (FUNDEB)	Acumulado 2026 (FUNDEB)
janeiro	375,94 Mi	434,17 Mi	375,94 Mi	434,17 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi	358,06 Mi	533,23 Mi
fevereiro	488,38 Mi	544,74 Mi	864,31 Mi	978,91 Mi	342,77 Mi	401,69 Mi	700,83 Mi	934,92 Mi
março	324,87 Mi	330,43 Mi	1.189,18 Mi	1.309,35 Mi	331,72 Mi	348,38 Mi	1.032,55 Mi	1.283,30 Mi
abril	332,28 Mi	388,69 Mi	1.521,47 Mi	1.698,04 Mi	248,93 Mi	412,20 Mi	1.281,48 Mi	1.695,49 Mi
maio	421,85 Mi	470,51 Mi	1.943,32 Mi	2.168,55 Mi	429,11 Mi	435,41 Mi	1.710,59 Mi	2.130,90 Mi
junho	425,62 Mi	494,88 Mi	2.368,93 Mi	2.663,42 Mi	347,93 Mi	331,17 Mi	2.058,52 Mi	2.462,07 Mi
julho	265,67 Mi	311,87 Mi	2.634,61 Mi	2.975,29 Mi	328,27 Mi	489,47 Mi	2.386,80 Mi	2.951,54 Mi
agosto	346,70 Mi	417,70 Mi	2.981,31 Mi	3.392,99 Mi	341,32 Mi	438,50 Mi	2.728,12 Mi	3.390,04 Mi
setembro	280,75 Mi		3.262,05 Mi		266,24 Mi		2.994,37 Mi	
outubro	298,36 Mi		3.560,42 Mi		517,11 Mi		3.511,48 Mi	
novembro	397,73 Mi		3.958,15 Mi		371,47 Mi		3.882,95 Mi	
dezembro	449,31 Mi		4.407,46 Mi		289,83 Mi		4.172,78 Mi	





O Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são importantes fontes de transferência de recursos para os estados. No acumulado até o mês de agosto de 2026, o FPE registrou montante de **R$ 3,39** bilhões, enquanto o FUNDEB acumulou **R$ 3,39** bilhões. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o FPE apresentou crescimento de **13,81%** e o FUNDEB aumento de **24,26%**.

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é diretamente influenciado pela arrecadação dos principais tributos federais que o compõem, notadamente o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por sua vez, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) é financiado a partir de parcelas de tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCD. Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes subnacionais com base em critérios que buscam promover maior equidade na oferta da educação básica.

2. ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.1 Arrecadação bruta do ICMS 12
2.2 Análise por Setor 13
2.3 Arrecadação bruta do IPVA 20
2.4 Arrecadação bruta do ITCD 21
2.5 Recuperação de Créditos 22
2.6 Arrecadação do PROTEGE 23
2.7 Arrecadação do FUNDEINFRA 24

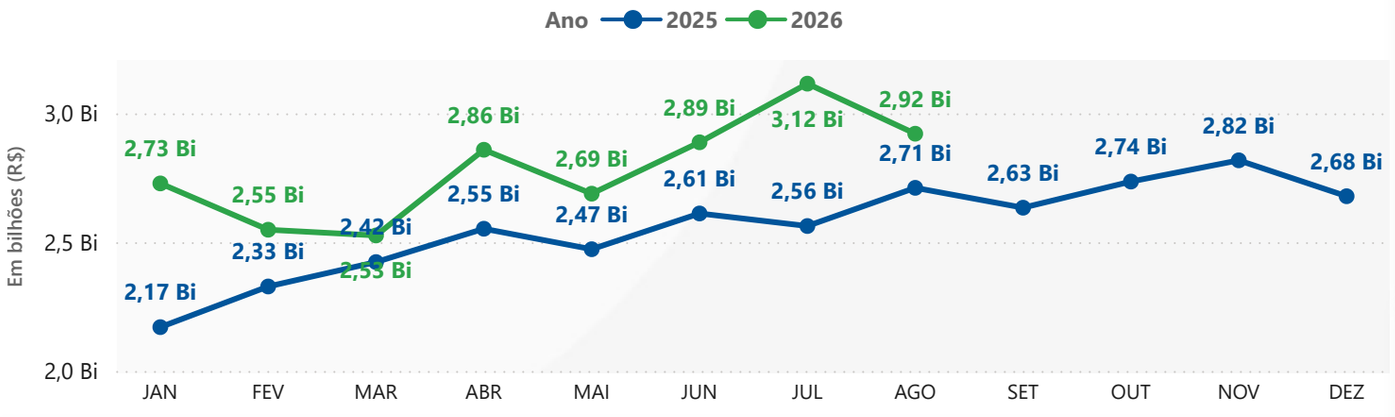
Esta seção apresenta a arrecadação bruta estadual, com destaque para os principais tributos: ICMS, segmentado pelos principais macrossetores, além de IPVA e ITCD. Ao final, apresentam-se informações sobre o programa de recuperação de crédito, a arrecadação destinada ao fundo PROTEGE e ao FUNDEINFRA. Os dados são fornecidos pela Superintendência de Informações Fiscais.



Arrecadação bruta do ICMS

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação de ICMS por mês



Arrecadação do ICMS por segmento econômico (2025 x 2026)

Segmento Econômico	ICMS (Acum. 2025)	ICMS (Acum. 2026)	Variação Percentual
COMBUSTÍVEL	5.251.350.142,91	6.222.863.183,97	18,50%
COMÉRCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR	3.827.717.743,20	4.115.511.107,38	7,52%
INDÚSTRIA	3.700.483.271,17	4.076.247.063,18	10,15%
COMÉRCIO VAREJISTA	3.276.064.085,91	3.436.316.542,09	4,89%
ENERGIA ELÉTRICA	1.507.797.528,74	1.915.768.227,83	27,06%
OUTRAS	891.160.679,49	1.049.040.783,48	17,72%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	577.705.804,10	643.680.919,48	11,42%
COMUNICAÇÃO	392.296.237,71	461.616.954,63	17,67%
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	341.681.678,81	288.754.845,66	-15,49%
EXTRATOR MINERAL OU FÓSSIL	64.554.086,48	63.666.959,29	-1,37%
Total	**19.830.811.258,52**	**22.273.466.586,99**	**12,32%**

Arrecadação de ICMS por mês

Mês	Arrecadação ICMS (2025)	Arrecadação ICMS (2026)	Variação Percentual
JAN	2.170.205.091,01	2.728.071.023,84	25,71%
FEV	2.328.013.889,40	2.548.315.806,67	9,46%
MAR	2.422.794.072,51	2.526.061.561,33	4,26%
ABR	2.552.124.528,96	2.858.704.364,84	12,01%
MAI	2.472.660.901,73	2.688.273.411,37	8,72%
JUN	2.611.418.572,48	2.887.728.824,58	10,58%
JUL	2.562.681.324,42	3.115.315.673,09	21,56%
AGO	2.710.912.878,01	2.920.995.921,27	7,75%
Total	**19.830.811.258,52**	**22.273.466.586,99**	**12,32%**

A arrecadação de ICMS alcançou **R$ 2,92 bilhões** em agosto de 2026, registrando crescimento de **7,75%** em relação ao mesmo mês de 2025. No acumulado de janeiro a agosto, a receita totalizou **R$ 22,27 bilhões**, representando expansão de **12,32%** frente ao mesmo período do exercício anterior. O desempenho do mês foi influenciado, principalmente, pelos resultados observados nos segmentos de energia elétrica, combustíveis, indústria, comércio atacadista e distribuidor e comércio varejista, além dos efeitos da recuperação extraordinária de créditos tributários por meio do Programa "Negocie Já II", que contribuiu de forma relevante para o incremento da arrecadação em diversos setores.

Entre os principais destaques, o setor de combustíveis apresentou crescimento de **6,08%** em agosto, impulsionado pela atualização das alíquotas do ICMS monofásico, pelo aumento das remessas interestaduais de Etanol Anidro Combustível (EAC) e pelos recolhimentos extraordinários decorrentes do Programa "Negocie Já". A energia elétrica também registrou expansão, com crescimento de **32,08%** no mês, favorecida pelo reajuste tarifário, pelas ações de fiscalização implementadas e por recolhimentos não recorrentes observados no período. A indústria manteve trajetória positiva, com crescimento de **9,01%**, sustentado pelo avanço da atividade industrial goiana em patamar superior à média nacional. O comércio atacadista e distribuidor apresentou retração de **1,09%** em agosto, embora acumule crescimento de **7,52%** no ano, refletindo um cenário de maior complexidade da demanda e condições financeiras mais restritivas. Já o comércio varejista avançou **4,39%** em agosto, desempenho influenciado pelo crescimento dos principais segmentos do setor, pelas ações de conformidade tributária e pelo aumento da percepção de risco associada ao descumprimento das obrigações fiscais.

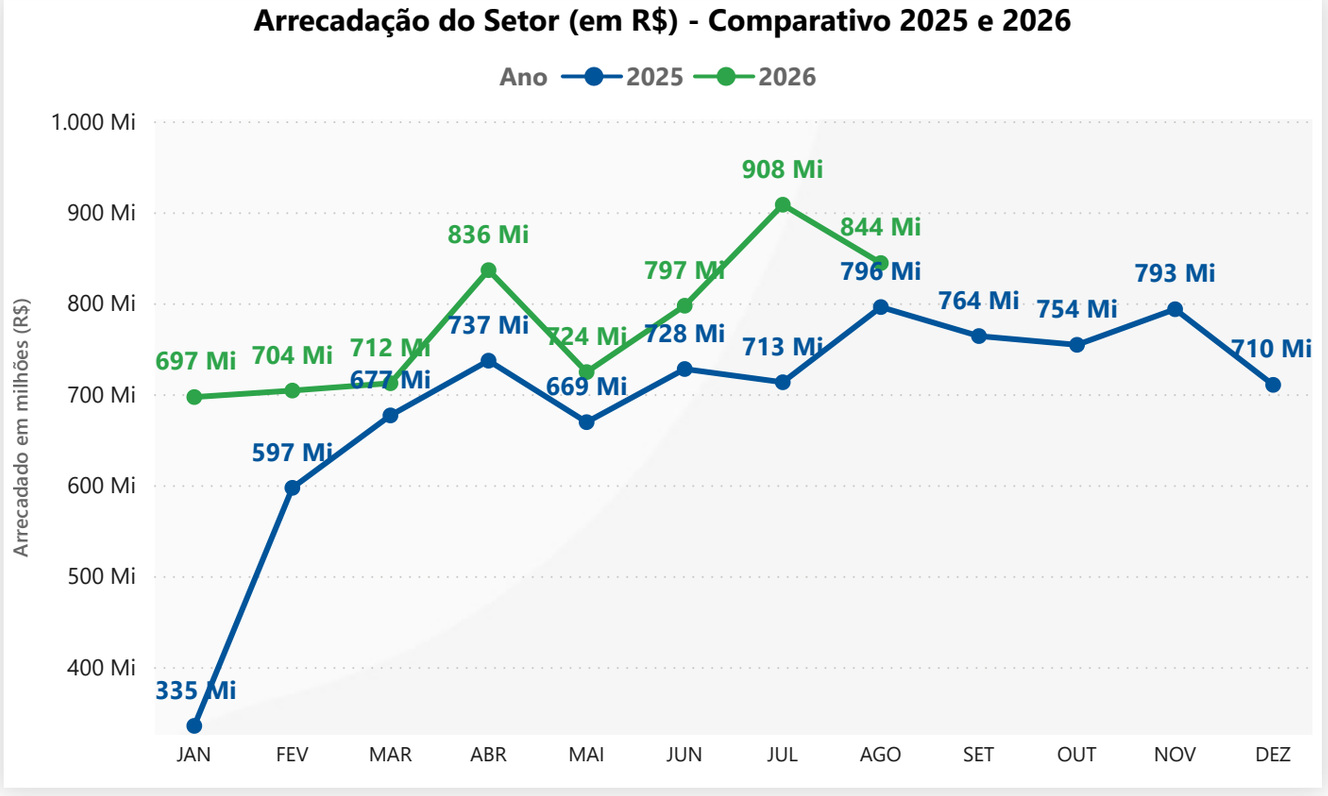
Análise do Setor

Combustível

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

2025	2026
795.733.604,63	844.100.543,14

6,08%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Combustíveis (GCOM)

O crescimento de **18,50%** na arrecadação acumulada de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorre, em grande medida, da alteração no calendário de pagamentos dos contribuintes do setor, implementada no início de 2025. Com o novo cronograma, o recolhimento de parcela significativa do ICMS do segmento, anteriormente efetuado no próprio mês da operação, passou a ocorrer até o décimo dia do mês subsequente. Essa mudança reduziu a base de comparação de janeiro de 2025, primeiro mês de vigência da nova sistemática, o que contribui para o crescimento observado na arrecadação do ano corrente.

Além disso, a arrecadação acumulada em 2026 foi impactada pela quitação extraordinária de créditos tributários com os benefícios do Programa "Negocie Já". Destacam-se os pagamentos de autos de infração realizados em julho de 2026, que totalizaram **R$ 136 milhões** e constituíram o principal fator para o resultado positivo verificado naquele mês.

Em relação ao resultado de agosto, comparado ao mesmo mês do ano anterior (**6,08%**), destacam-se a atualização das alíquotas ad rem do ICMS monofásico e a evolução das remessas de Etanol Anidro Combustível (EAC) para consumo em outras unidades da Federação.

As alíquotas do ICMS monofásico foram reajustadas a partir de **1º de janeiro de 2026**, conforme os Convênios ICMS nº **112/25** e **113/25**, com aumentos para a gasolina e o etanol anidro (**+6,8%**), o óleo diesel e o biodiesel (**+4,5%**) e o GLP (**+5,8%**). Essas alterações impactaram positivamente a arrecadação nos meses subsequentes e também contribuíram de forma relevante para o resultado de agosto de 2026.

Por outro lado, o volume de EAC produzido em Goiás e remetido para consumo em outras unidades da Federação, em julho de 2026, aumentou **11,47%** em relação ao mesmo mês do ano anterior, contribuindo para o resultado positivo da arrecadação de agosto de 2026.

Análise do Setor

Energia Elétrica

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

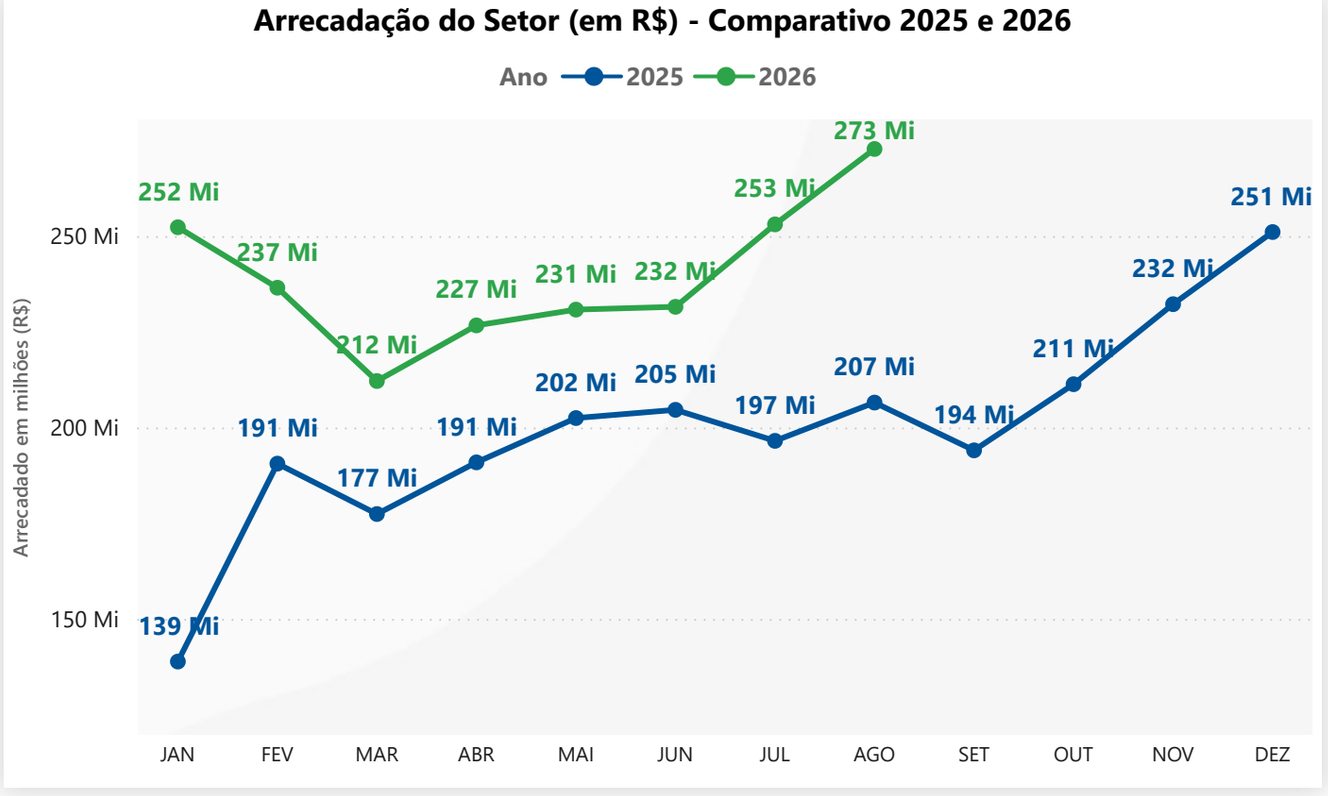
206.511.569,84

2025

272.759.920,64

2026

32,08%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Substituição Tributária (GEST)

Mesmo com a bandeira tarifária em patamar inferior ao observado no período de referência anterior, amarela em julho de 2026, frente à vermelha patamar 1 em julho de 2025, a receita total de ICMS referente às operações com energia elétrica, registrada em agosto de 2026, foi aproximadamente **32%** superior à arrecadação observada no mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre da predominância de fatores positivos sobre os fatores negativos, conforme detalhado a seguir.

(+) Reajuste tarifário médio de **18,5%** para a maior distribuidora de energia elétrica do Estado de Goiás, vigente a partir de **22/10/2025**.

(+) Aumento da percepção de risco por parte dos contribuintes em decorrência dos procedimentos de fiscalização implementados, tais como monitoramento, autorregularização (malha DIFAL), ações fiscais, entre outros.

(+) Recolhimento não recorrente de contribuinte do segmento de transmissão de energia elétrica, no valor aproximado de **R$ 43 milhões**, realizado em agosto de 2026.

(-) Crescente aumento do número de consumidores participantes do SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica), especialmente após a vigência da Medida Cautelar **ADI 5049774-14.2025.8.09.0000**.

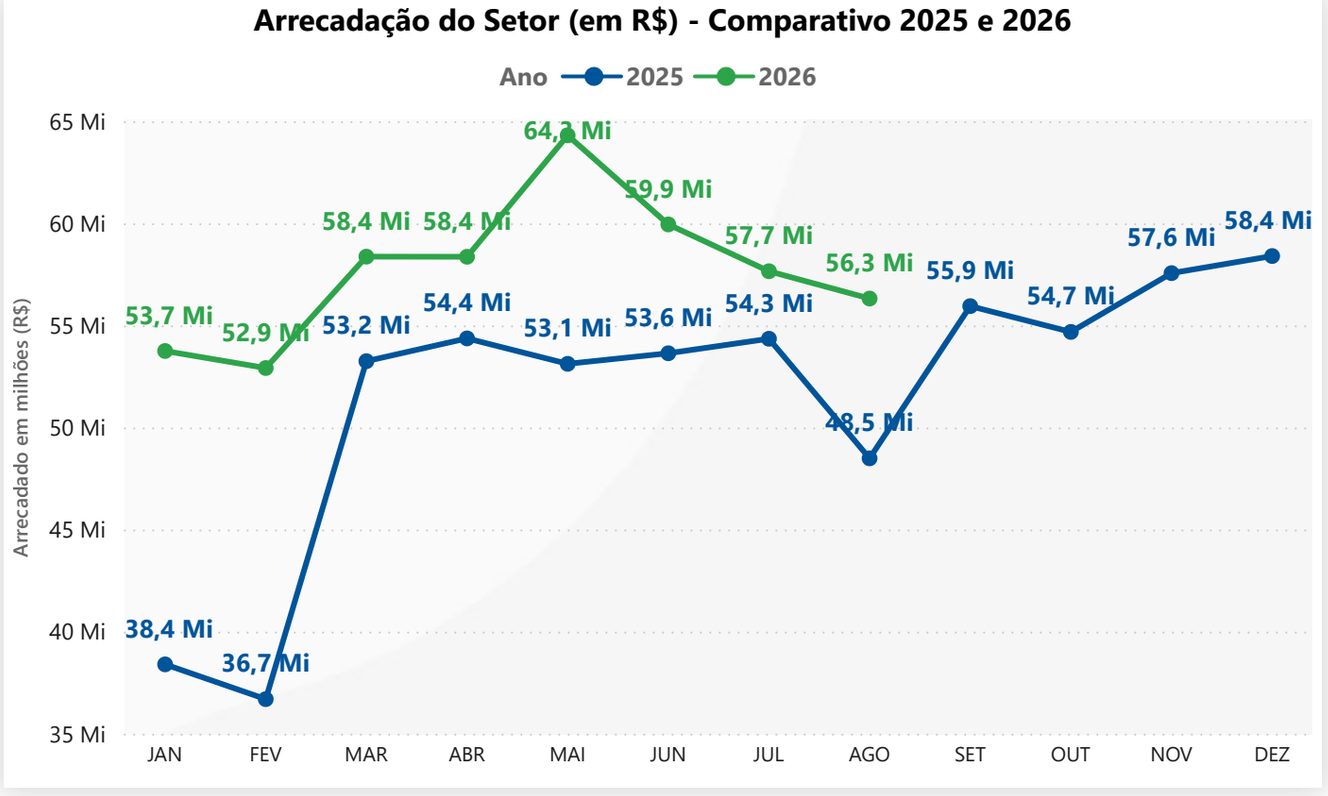
Análise do Setor

Comunicação

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

2025	2026
48.489.508,66	56.316.002,69

16,14%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Substituição Tributária (GEST)

A arrecadação de ICMS referente às prestações de serviços de comunicação foi aproximadamente **16%** superior à registrada no mesmo período do ano anterior. Esse crescimento decorre da combinação de fatores conjunturais e estruturais, destacando-se o efeito da base de comparação e o fortalecimento das ações de fiscalização.

- **Efeito Base de Comparação (2025):** O percentual de crescimento observado em 2026 é potencializado pelo resultado atipicamente baixo registrado em agosto de 2025, quando a arrecadação apresentou retração de **15,61%**. Esse desempenho foi influenciado por um ajuste pontual no cronograma de pagamentos de um grande contribuinte, reduzindo a arrecadação observada naquele período e comprimindo a base de comparação.

- **Ações de Fiscalização (2026):** Houve incremento efetivo da arrecadação em razão do aumento da percepção de risco por parte dos contribuintes, impulsionado pelos procedimentos de fiscalização implementados, incluindo monitoramento, autorregularização por meio da malha DIFAL e ações fiscais direcionadas.

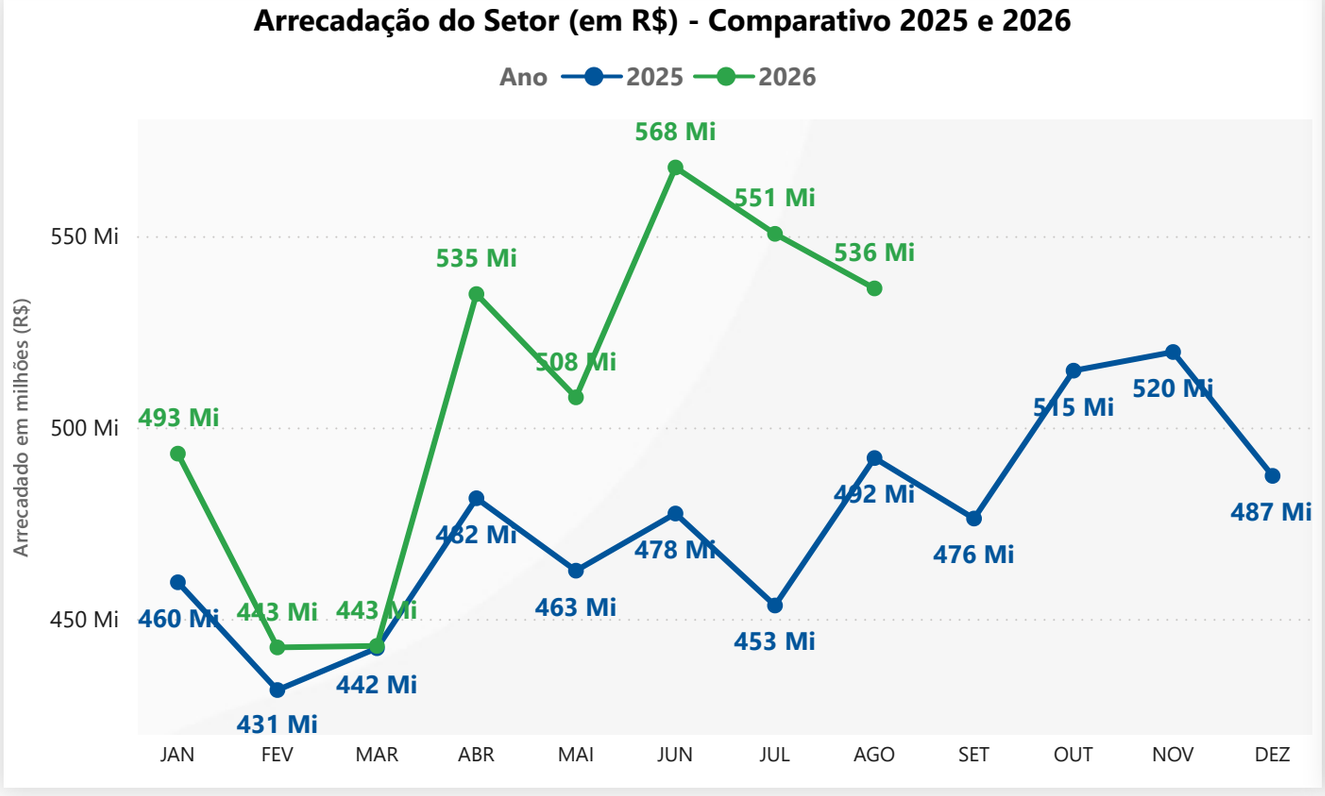
Análise do Setor

Indústria

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

2025	2026
492.021.070,91	536.334.147,95

9,01%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

A arrecadação de ICMS do setor industrial goiano registrou crescimento interanual de **9,01%** em agosto de 2026, consolidando uma alta de **10,15%** no acumulado do ano. O desempenho de Goiás mostrou-se superior à média nacional, reforçando o resultado positivo observado no período. Segundo o IBGE, enquanto a produção industrial brasileira recuou **0,5%** em julho, na comparação com o mesmo mês de 2025, a indústria goiana avançou **2,7%**. Na comparação com o mês anterior (junho de 2026), Goiás também superou o desempenho nacional, registrando crescimento de **0,8%**, ante **0,2%** verificado no país.

A Sondagem Industrial da CNI corrobora a percepção de avanço da atividade, com o índice de evolução da produção atingindo **51,0 pontos**, indicador que sinaliza expansão. No entanto, o índice de evolução do número de empregados permaneceu em **48,6 pontos**, evidenciando que a recuperação do emprego industrial ainda representa um desafio para o setor.

O cenário macroeconômico, entretanto, impõe riscos à atividade industrial. Durante o período de apuração, a taxa Selic, embora reduzida para **14,00% ao ano**, permaneceu em patamar restritivo, encarecendo o crédito. Adicionalmente, o custo da energia elétrica manteve-se pressionado, com a bandeira tarifária amarela em vigor desde maio. Outro ponto de atenção refere-se ao avanço das importações da indústria de transformação, que cresceram **13,4%** em agosto, em valor, o que pode intensificar a concorrência em segmentos específicos.

O principal destaque foi a **Indústria de Medicamentos e Produtos Hospitalares**, que registrou expressivo crescimento de **87,8%**. Também apresentaram forte avanço a **Indústria de Bebidas** (**+20,4%**), a **Indústria de Lácteos** (**+20,4%**), a **Indústria da Construção Civil, Mineração e Máquinas** (**+11,4%**) e a **Indústria de Alimentos** (**+10,4%**). Por sua vez, a **Indústria de Veículos e Peças** (**+7,4%**) e a **Indústria de Móveis, Eletroeletrônicos e Afins** (**+5,7%**) registraram crescimentos mais moderados.

Em sentido oposto, registraram retração a **Indústria do Agronegócio** (**-28,2%**), a **Indústria de Vestuário** (**-21,2%**), a **Indústria de Carnes** (**-2,0%**) e a **Indústria de Produtos Químicos e Afins** (**-0,6%**).

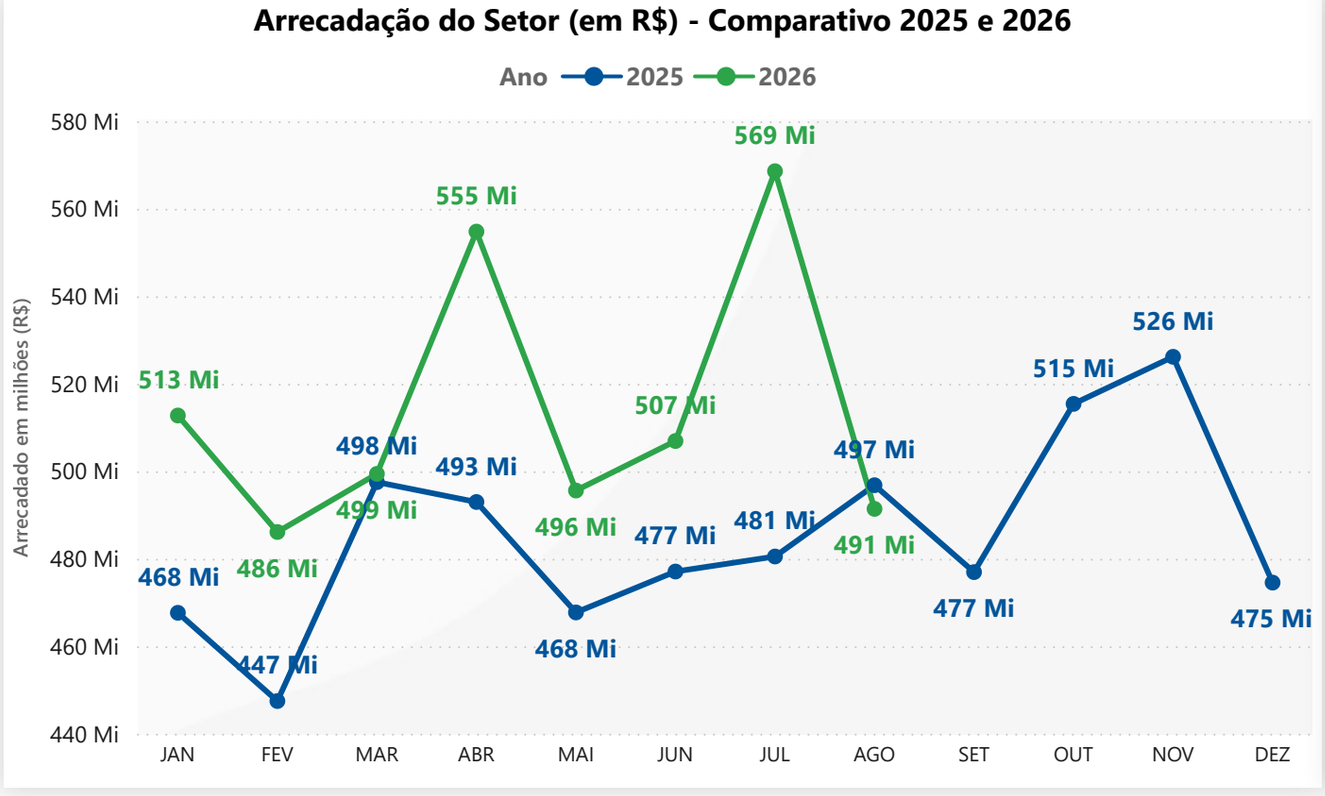
Análise do Setor

Comércio Atacadista e Distribuidor

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

2025	2026
496.806.533,55	491.396.033,08

-1,09%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Indústria e Atacado (GEAT)

O setor atacadista e distribuidor registrou, em agosto de 2026, sua primeira variação interanual negativa do ano, com retração de **1,09%**. Apesar do resultado pontual no mês, o setor ainda acumula crescimento robusto de **7,52%** no período de janeiro a agosto de 2026.

O resultado mensal reflete um cenário de maior complexidade da demanda. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, referente a junho, apontou avanço de **2,9%** no varejo restrito, mas queda de **1%** no varejo ampliado, que inclui os segmentos de veículos e materiais de construção, relevantes para a cadeia atacadista. Essa dualidade sugere que, enquanto o consumo de bens essenciais permanece aquecido, a comercialização de itens de maior valor agregado enfrenta dificuldades.

As condições financeiras seguem como um ponto central de atenção para o setor, que é sensível ao custo do crédito destinado à gestão de estoques e ao capital de giro. A manutenção da taxa Selic em patamar elevado, mesmo após a recente redução, continua sendo um fator restritivo. A elevação das importações, que cresceram **9,2%** em agosto, também representa um vetor de risco, ampliando a concorrência enfrentada pelos distribuidores nacionais.

O desempenho positivo foi liderado pelo **Atacado de Fumo**, com crescimento de **28,2%**. Na sequência, destacam-se os segmentos **Outros** (**+21,8%**), **Atacado de Medicamentos e Produtos Hospitalares** (**+20,8%**) e **Atacado de Móveis, Eletroeletrônicos e Afins** (**+15,9%**).

A retração mais acentuada foi observada no **Atacado do Agronegócio** (**-35,1%**). Também registraram desempenho negativo o **Atacado de Produtos Químicos e Afins** (**-22,0%**), o **Atacado de Veículos e Peças** (**-10,4%**), o **Atacado de Alimentos** (**-6,8%**) e o **Atacado de Construção Civil, Mineração e Máquinas** (**-4,8%**).

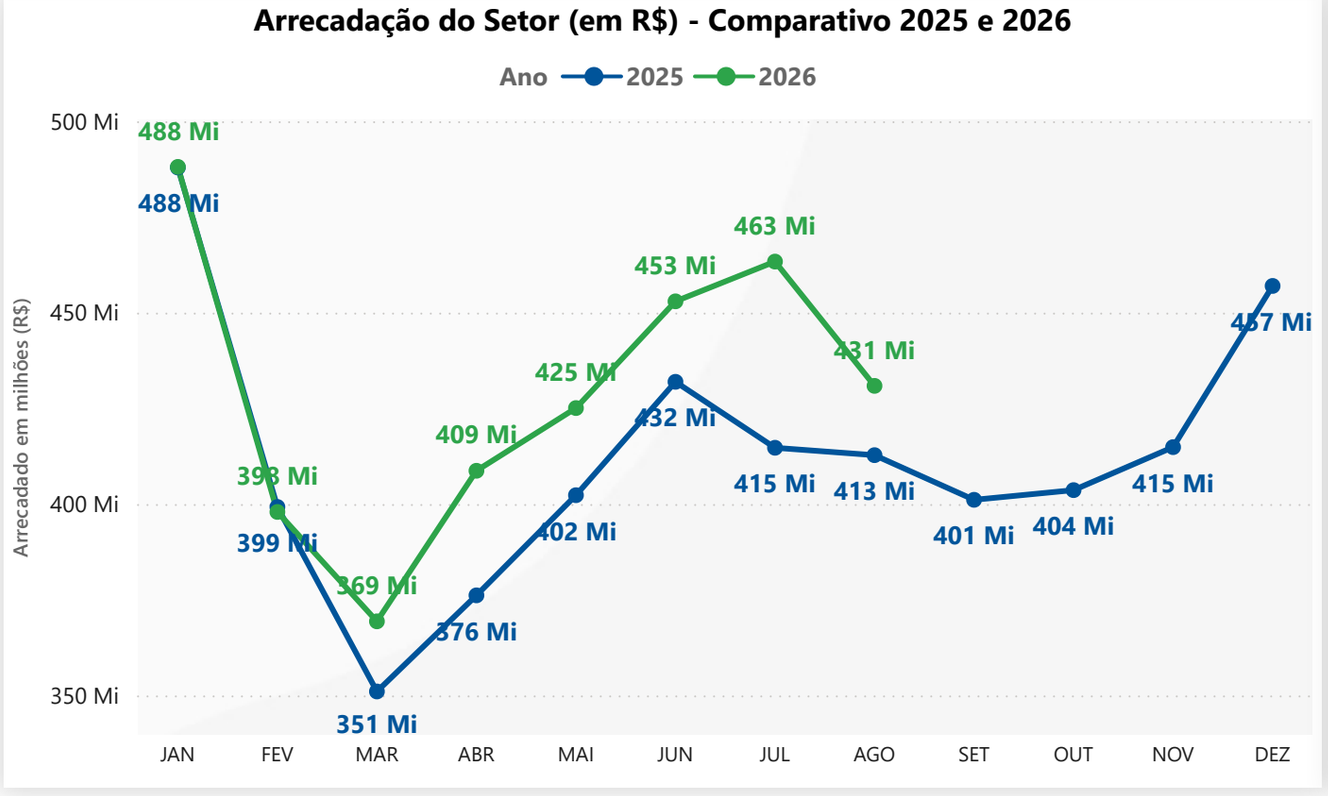
Análise do Setor

Comércio Varejista

ICMS Arrecadado pelo Setor: Agosto

2025	2026
412.772.197,68	430.874.394,52

4,39%



Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria de Varejos e Serviços (GEAV)

O crescimento de **2,5%** nas vendas do comércio varejista goiano no primeiro semestre de 2026 superou a média nacional de **1,9%**, conforme a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE. No mesmo período, a arrecadação de ICMS apresentou crescimento nominal de **4,89%**. Os juros elevados e o comprometimento da renda familiar com produtos essenciais têm dificultado as vendas nos segmentos mais dependentes de financiamento.

No mês de julho de 2026, o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), com base em dados obtidos pelos meios de pagamento, apontou queda de **1,4%** nas vendas do varejo nacional, descontada a inflação, em comparação com o mesmo período de 2025. As vendas do comércio eletrônico registraram alta de **9,7%** na comparação anual, enquanto as vendas nas lojas físicas cresceram **1,3%**.

A arrecadação de ICMS do comércio varejista goiano, em agosto de 2026, apresentou crescimento nominal de **4,39%** em relação ao imposto apurado em julho, quando comparada ao mesmo mês do ano anterior. Nesse período, o IPCA acumulado nos últimos doze meses foi de **4,44%** (referência: julho de 2026).

Com exceção do segmento de Construção Civil, Mineração e Máquinas, todos os demais setores do varejo goiano registraram crescimento na arrecadação em agosto. Destacaram-se os segmentos de Alimentos, Produtos Químicos, Higiene e Limpeza, Calçados, Vestuário, Medicamentos e Produtos Hospitalares, Veículos e Autopeças, Móveis e Eletrodomésticos, Combustíveis e Transporte.

A maior celeridade na inscrição de débitos em dívida ativa, aliada às ações de malha fiscal, autorregularização, monitoramento de empresas, fiscalização de trânsito e auditorias fiscais, tem contribuído de forma expressiva para o aumento da percepção de risco associada ao descumprimento das obrigações tributárias.

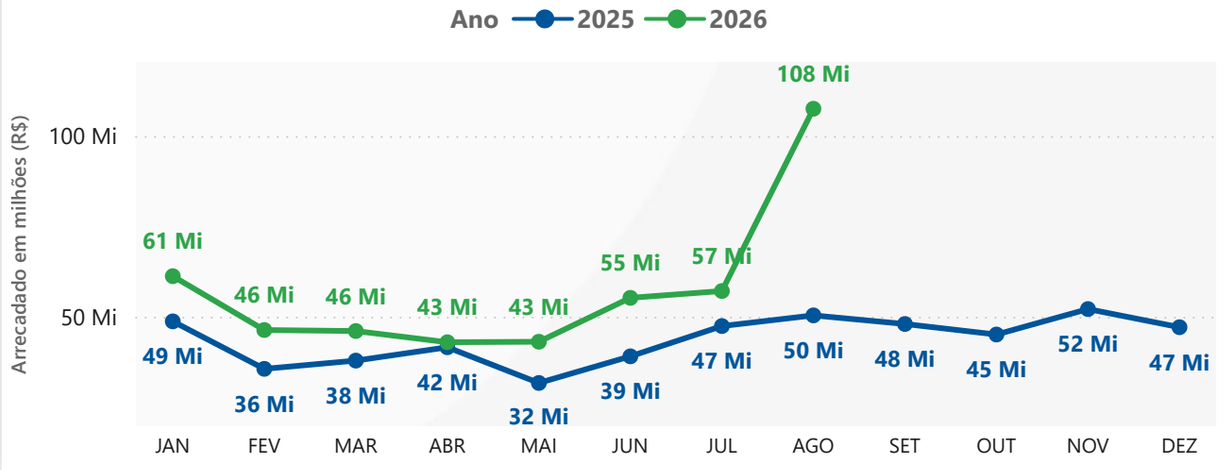
Arrecadação do ICMS

Operações de Importações

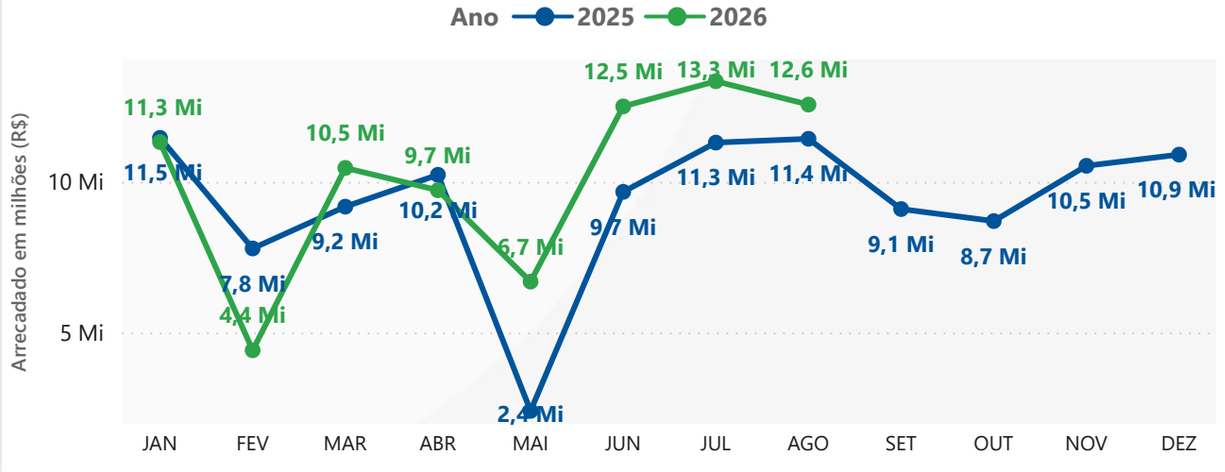
Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA (GCES)

Arrecadação ICMS Importação (em R$) - Comparativo 2025 e 2026



Arrecadação ICMS Importação via Correios/Couriers (em R$)



Em agosto de 2026, a arrecadação de ICMS relativa às importações alcançou **R$ 108 milhões**, crescimento de **89,5%** em relação a julho e de **116%** frente a agosto de 2025. O resultado foi influenciado por uma operação extraordinária no segmento de produção e transmissão de energia, responsável por recolhimento superior a **R$ 43 milhões**, equivalente a aproximadamente **40%** do total arrecadado no mês, e que não deverá se repetir. Dessa forma, o desempenho observado em agosto deve ser tratado como excepcional.

A pauta importadora goiana permanece concentrada em medicamentos e produtos farmacêuticos, partes e acessórios de veículos, motores, máquinas e equipamentos e fertilizantes, tendo China, Alemanha, Irlanda e Suíça entre as principais origens. A existência de diferimentos, reduções de base de cálculo e outros tratamentos tributários específicos explica por que as variações no valor das importações não se refletem, necessariamente, de forma proporcional na arrecadação do ICMS.

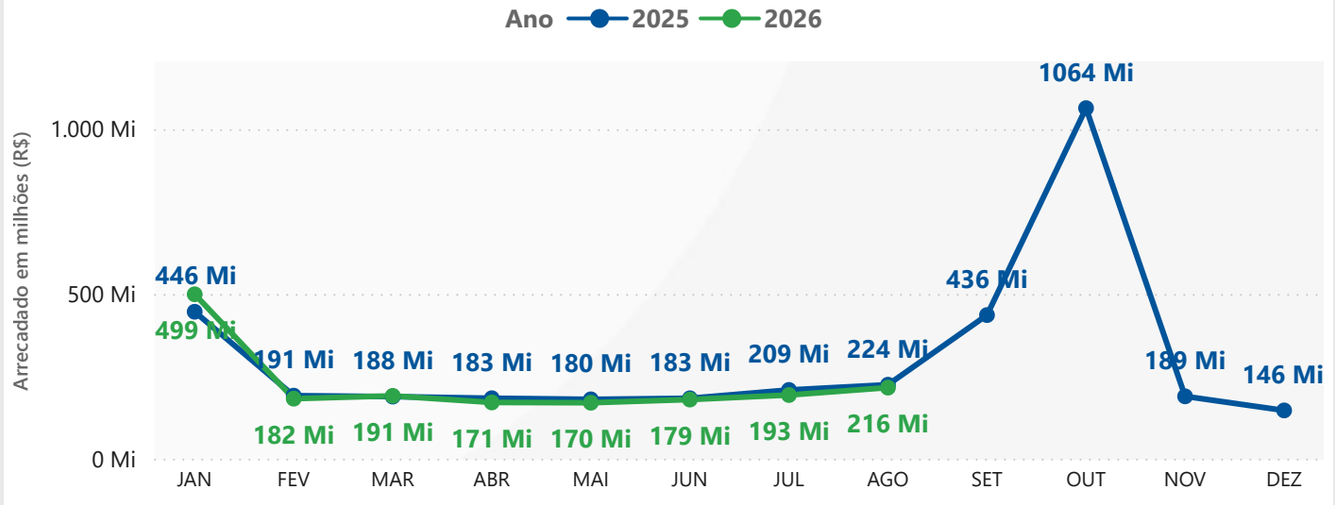
Nas remessas internacionais realizadas por Correios e empresas de courier, a arrecadação alcançou **R$ 12,6 milhões**, montante **10,5%** superior aos **R$ 11,4 milhões** de agosto de 2025 e **5,3%** inferior aos **R$ 13,3 milhões** observados em julho. Essa modalidade permanece sob acompanhamento específico, especialmente diante das alterações promovidas pelo Programa Remessa Conforme e dos prazos próprios de recolhimento.

Quanto às exportações, alcançadas pela não incidência do ICMS e analisadas exclusivamente sob a perspectiva do comércio exterior, os dados consolidados do MDIC indicam vendas externas da ordem de **US$ 1,06 bilhão** em agosto de 2026. O valor ficou aproximadamente **22%** abaixo dos **US$ 1,365 bilhão** registrados em julho, mas cerca de **2%** acima dos **US$ 1,043 bilhão** observados em agosto de 2025. A pauta exportadora permaneceu concentrada em soja e seus derivados, carnes, farelos de soja e produtos minerais. A China manteve-se como principal destino das exportações goianas, acompanhada por Estados Unidos, Espanha, Alemanha e Países Baixos entre os mercados de maior relevância. Com importações da ordem de **US$ 544 milhões**, Goiás registrou superávit comercial aproximado de **US$ 520 milhões** em agosto. Embora positivo, o saldo ficou cerca de **32%** abaixo dos **US$ 769 milhões** registrados em julho e aproximadamente **18%** inferior aos **US$ 637,2 milhões** observados em agosto de 2025. A redução na comparação anual decorre, principalmente, do crescimento mais intenso das importações, enquanto as exportações apresentaram avanço moderado, sem alterar o perfil estruturalmente superavitário do comércio exterior goiano.

Arrecadação bruta do IPVA

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do IPVA por mês



Arrecadação do IPVA por mês

Mês	Arrecadação IPVA (2025)	Arrecadação IPVA (2026)	Variação Percentual
JAN	445.855.448,09	498.942.282,52	11,91%
FEV	191.205.363,41	182.059.186,09	-4,78%
MAR	188.295.490,76	190.589.823,21	1,22%
ABR	183.409.538,07	170.615.327,97	-6,98%
MAI	180.049.274,20	169.697.907,32	-5,75%
JUN	183.181.142,81	179.373.654,91	-2,08%
JUL	208.531.065,08	193.103.733,86	-7,40%
AGO	224.377.940,50	215.555.283,61	-3,93%
Total	**1.804.905.262,92**	**1.799.937.199,49**	**-0,28%**

Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência do IPVA (GIPVA)

O valor arrecadado de IPVA em agosto ficou **20,23%** abaixo do montante projetado, enquanto o resultado acumulado do ano permanece inferior em **15,88%** em relação à previsão. Até agosto, a diferença acumulada entre o valor projetado e o efetivamente arrecadado alcançou aproximadamente **R$ 340 milhões**.

Os principais fatores que explicam esse resultado já foram destacados em análises anteriores. Em 2026, o programa de renegociação tem proporcionado apenas renúncia de encargos, sem impacto positivo relevante sobre a arrecadação quando comparada aos débitos relacionados a fatos geradores mais recentes, ocorridos há **1** e **2 anos**. Em relação às dívidas mais antigas, associadas a fatos geradores com atraso de **3** a **5 anos**, embora tenham sido observados aumentos percentuais na arrecadação, os valores absolutos permanecem pouco expressivos. Para os débitos com atraso de **3 anos**, por exemplo, houve crescimento de **15%**, com a arrecadação passando de **R$ 1,24 milhão** em agosto de 2025 para **R$ 1,43 milhão** em agosto de 2026. Já para os débitos com atraso de **4 anos**, o avanço foi de **42%**, com a arrecadação evoluindo de **R$ 0,5 milhão** para **R$ 0,71 milhão** no mesmo período de comparação.

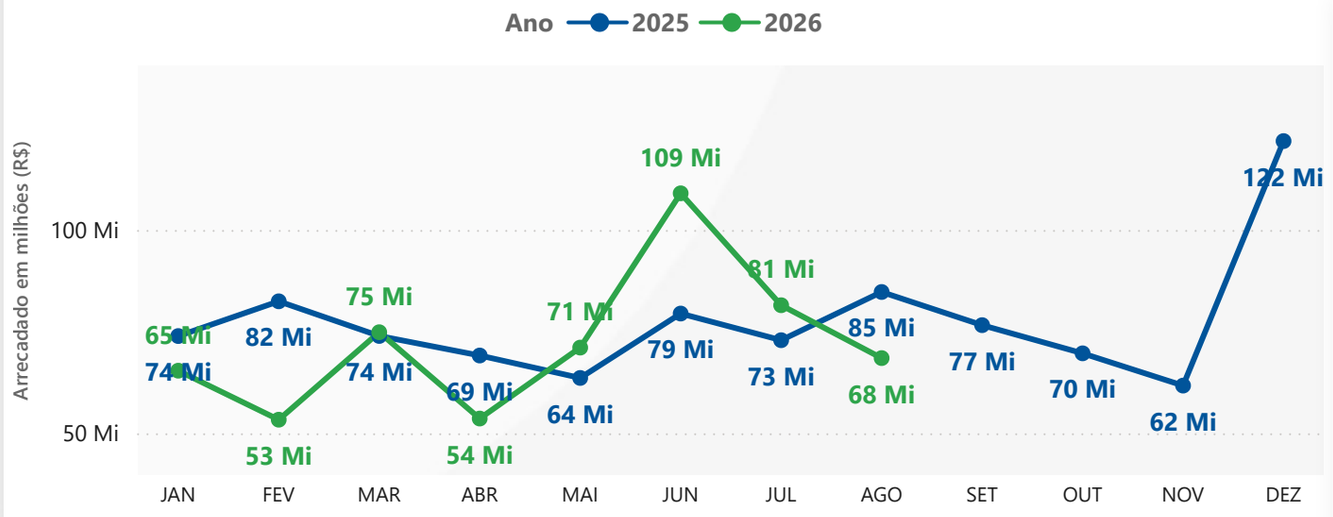
Outro aspecto relevante refere-se à redução gradual do número de contribuintes que efetuam o pagamento parcelado do imposto ao longo do exercício. Em janeiro de 2026, mais de **235 mil veículos** quitaram a primeira parcela do IPVA. Esse quantitativo reduz-se mensalmente, alcançando cerca de **163 mil veículos** que efetuaram o pagamento da oitava parcela em agosto de 2026.

Adicionalmente, merece destaque o aumento das demandas judiciais relacionadas à concessão de isenção para contribuintes enquadrados em hipóteses como pessoa com transtorno do espectro autista condutora, visão monocular e outras situações semelhantes. Em 2025, **184 veículos** passaram a usufruir de isenção por determinação judicial. Até agosto de 2026, esse quantitativo já alcançava **302 veículos**, ampliando o impacto dessas decisões sobre a arrecadação do imposto.

Arrecadação bruta do ITCD

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do ITCD por mês



Arrecadação do ITCD por mês

Mês	Arrecadação ITCD (2025)	Arrecadação ITCD (2026)	Variação Percentual
JAN	73.914.054,33	65.396.198,89	-11,52%
FEV	82.457.361,76	53.347.334,65	-35,30%
MAR	73.938.199,35	74.857.625,45	1,24%
ABR	69.131.153,52	53.631.852,14	-22,42%
MAI	63.613.175,67	71.076.014,50	11,73%
JUN	79.446.010,13	109.012.286,62	37,22%
JUL	72.895.518,87	81.493.991,68	11,80%
AGO	84.749.443,82	68.496.143,18	-19,18%
Total	**600.144.917,45**	**577.311.447,11**	**-3,80%**

Subsecretaria da Receita Estadual

Gerência do ITCD (GITCD)

De modo geral, a arrecadação registrada em agosto reflete predominantemente as declarações concluídas em julho, considerando que o DARE possui prazo de vencimento de até **30 dias**, além das declarações recebidas e quitadas no próprio mês.

Sob a perspectiva quantitativa, foram concluídas **4.278 declarações** em agosto, ante **3.051 declarações** em julho, representando crescimento expressivo no volume processado. Esse incremento elevou a média mensal de declarações recebidas para o patamar de aproximadamente **3.000 declarações por mês**.

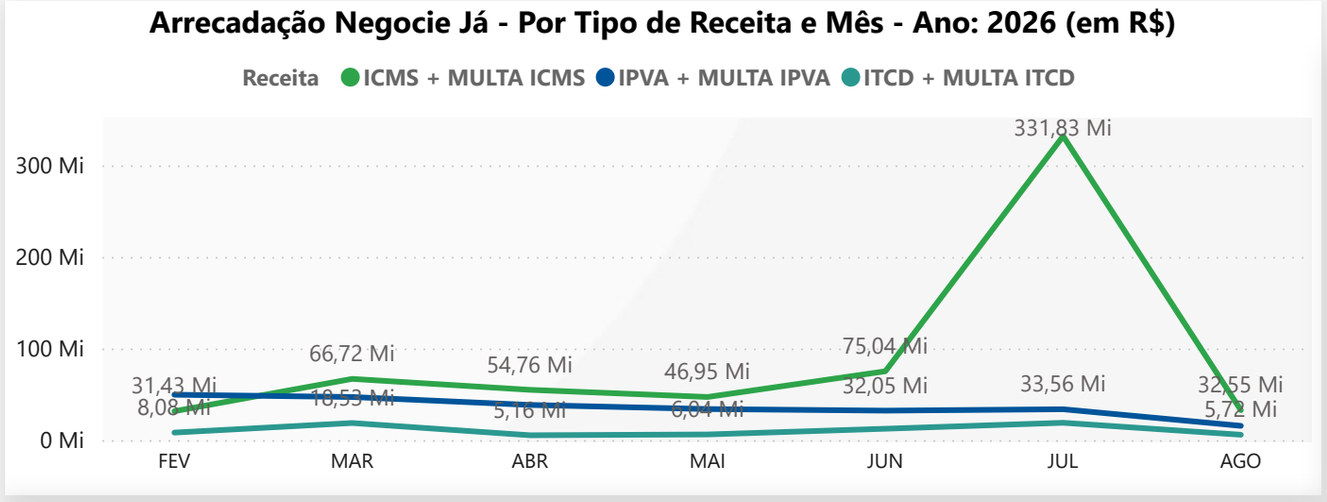
Sob a perspectiva qualitativa, entretanto, verifica-se que parcela significativa desse crescimento decorre do recebimento de declarações beneficiadas por incentivos fiscais. Somente em agosto, foram registradas aproximadamente **1.425 declarações** nessa condição. Embora essas declarações contribuam para o aumento do volume processado, não representam, em regra, incremento direto na arrecadação do imposto.

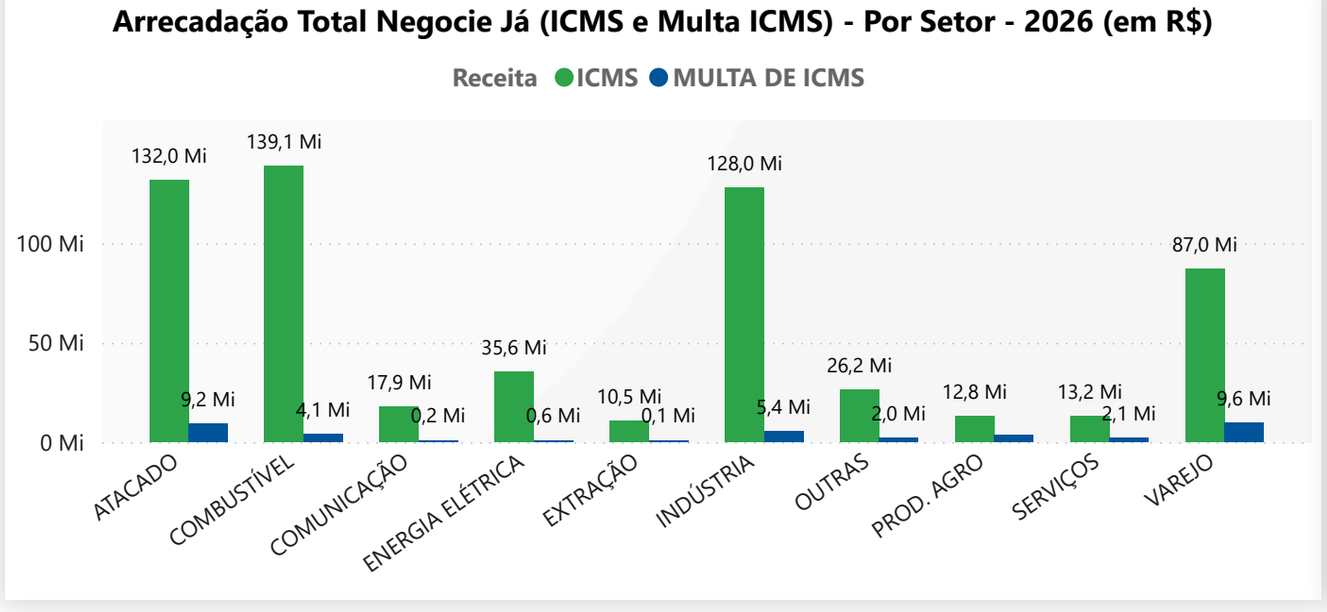
No que se refere às novas funcionalidades incorporadas ao ITCD WEB 4.0, mais de **6.000 declarações** já foram inseridas em malha para análise e autorregularização. Paralelamente, aproximadamente **500 Comunicados** foram encaminhados em caráter de teste, com o objetivo de validar os procedimentos e os fluxos do sistema. A expectativa é que, após a conclusão dos testes e dos ajustes necessários, sejam liberadas, de forma definitiva, as malhas e os respectivos envios automáticos de Comunicados aos contribuintes. Em relação ao estoque de aproximadamente **90.000 declarações** recebidas desde **2023**, a estratégia prevista consiste em organizá-las em lotes e promover o envio gradual dos Comunicados, de modo a possibilitar o tratamento progressivo da demanda.

Espera-se que parcela significativa dessas declarações seja regularizada espontaneamente pelos próprios contribuintes após o recebimento dos Comunicados. Essa regularização deverá contribuir para o incremento da arrecadação, além de promover maior conformidade tributária. Nos casos em que a retificação não seja realizada dentro do prazo estabelecido, os respectivos processos poderão ser encaminhados para Ação Fiscal, possibilitando a adoção das medidas necessárias à apuração e à constituição do crédito tributário devido.

Recuperação de créditos

Programa “Negocie Já II”





Subsecretaria da Receita Estadual

Superintendência de Recuperação de Crédito (SRC)

O balanço de arrecadação do programa “Negocie Já II” (Lei nº **23.983/2025**) aponta que, até o encerramento do mês de agosto de 2026, a iniciativa alcançou um volume total de **R$ 3,39 bilhões** em negociações processadas. O programa contemplou **167.080** contribuintes, resultando na regularização, à vista, de **190.733** autuações fiscais, além do parcelamento de **98 mil** processos. Do montante global renegociado no período, **R$ 962,54 milhões** representam o ingresso efetivo de recursos nos cofres do Estado, enquanto o saldo de **R$ 2,43 bilhões** passa a compor a carteira de recebimentos futuros.

Ao avaliar a composição das receitas com liquidação imediata, observa-se que os débitos de ICMS representam a maior parcela da arrecadação, com um aporte de **R$ 626,59 milhões**. Na sequência, as quitações referentes ao IPVA injetaram **R$ 247,36 milhões** no caixa estadual. Completam os valores arrecadados à vista os recolhimentos de ITCD, que somaram **R$ 74,24 milhões**, e as regularizações de Penas Pecuniárias, responsáveis por **R$ 14,34 milhões**.

No que se refere à carteira de acordos a prazo, a previsão de recolhimento de ICMS perfaz quase a totalidade do montante, contabilizando **R$ 2,31 bilhões**. O cronograma de pagamentos diferidos abrange, ainda, **R$ 53,83 milhões** associados ao ITCD, seguidos por **R$ 49,9 milhões** correspondentes a renegociações de IPVA e, por fim, **R$ 16,82 milhões** atrelados a Penas Pecuniárias.

Arrecadação do PROTEGE

Comparativo entre exercícios

Comparativo da Arrecadação do PROTEGE por mês



Arrecadação do PROTEGE por mês do ano

Mês	Arrecadação PROTEGE (2025)	Arrecadação PROTEGE (2026)	Variação Percentual
JAN	186.588.077,81	189.093.272,32	1,34%
FEV	174.589.336,83	166.493.239,80	-4,64%
MAR	177.312.252,17	173.786.269,94	-1,99%
ABR	186.508.884,80	197.527.240,60	5,91%
MAI	184.460.323,75	187.168.189,65	1,47%
JUN	201.253.554,08	192.500.869,62	-4,35%
JUL	182.637.024,43	219.714.451,45	20,30%
AGO	192.006.689,68	203.489.285,28	5,98%
Total	**1.485.356.143,55**	**1.529.772.818,66**	**2,99%**

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

A arrecadação do PROTEGE em agosto de 2026 totalizou **R$ 203,5 milhões**, resultado **5,98%** superior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, representando um acréscimo aproximado de **R$ 11,5 milhões**.

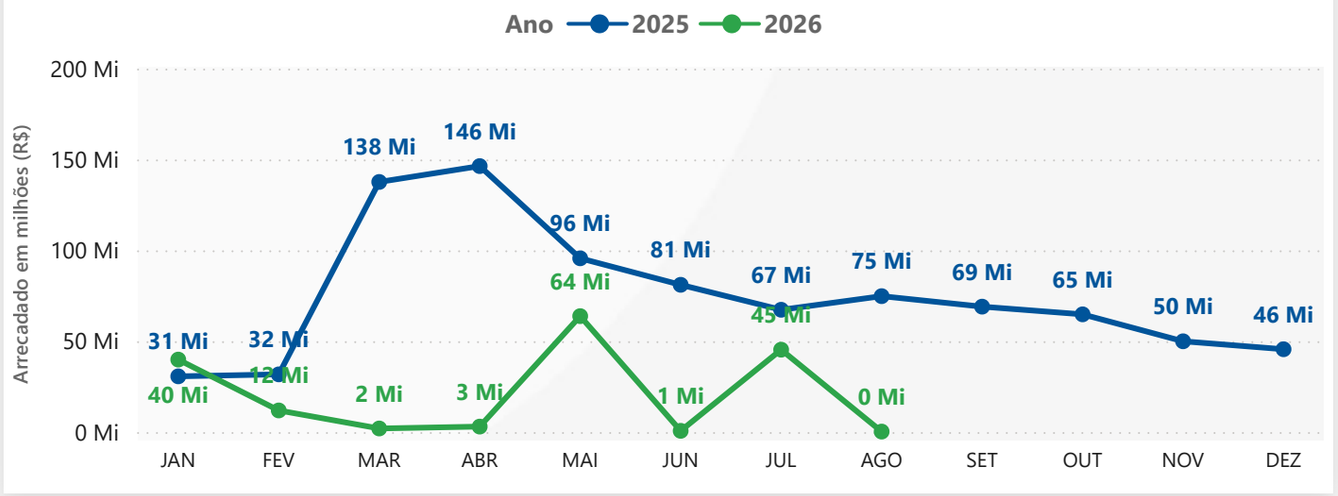
Historicamente, a arrecadação mensal do PROTEGE não apresenta oscilações significativas, com desvios em relação à média histórica geralmente inferiores a **10%**, exceto em situações atípicas.

No acumulado do período de janeiro a agosto de 2026, a arrecadação alcançou **R$ 1,53 bilhão**, frente aos **R$ 1,48 bilhão** registrados no mesmo período de 2025, resultando em incremento de aproximadamente **3%**.

Arrecadação do FUNDEINFRA

Comparativo entre exercícios

Arrecadação para o FUNDEINFRA



Arrecadação do FUNDEINFRA por Mês

Mês	Arrecadação Fundeinfra (2025)	Arrecadação Fundeinfra (2026)	Variação Percentual
JAN	30.664.736,38	39.883.088,66	30,06%
FEV	31.749.174,83	11.892.770,23	-62,54%
MAR	137.635.617,04	1.975.210,12	-98,56%
ABR	146.364.912,35	3.009.574,32	-97,94%
MAI	95.618.381,13	63.793.810,16	-33,28%
JUN	81.032.292,36	673.606,15	-99,17%
JUL	67.295.469,91	45.334.617,88	-32,63%
AGO	74.789.462,23	265.237,87	-99,65%
Total	**665.150.046,23**	**166.827.915,39**	**-74,92%**

Subsecretaria da Receita Estadual (SRE)

Com a publicação da Lei nº **24.133**, de **13 de março de 2026**, foi encerrada a contribuição destinada ao FUNDEINFRA.

Em decorrência da alteração legislativa, os fatos geradores relacionados ao fundo produziram efeitos apenas até **31/12/2025**.

Dessa forma, não se projeta arrecadação relevante para o FUNDEINFRA nos próximos meses, sendo esperada, adicionalmente, a restituição de parcela significativa dos valores arrecadados em fevereiro de 2026.

Nesse contexto, de maneira geral, a arrecadação do FUNDEINFRA representa apenas receita residual, decorrente, principalmente, de recolhimentos efetuados em atraso ou vinculados a fatos geradores ocorridos em **2025**.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Despesa Empenhada (Incluindo Poderes) 26
3.2 Despesa Empenhada (Apenas Executivo) 28
3.3 Despesa Liquidada 30
3.4 Mínimos Constitucionais 31

Nesta seção apresenta-se a execução orçamentária do Estado, destacando as principais informações referentes à dotação, empenho, liquidação e pagamento da despesa pública. Além disso, detalha-se a execução orçamentária das despesas vinculadas em saúde e educação. Por fim, são apresentados o resultado orçamentário e o resultado primário.

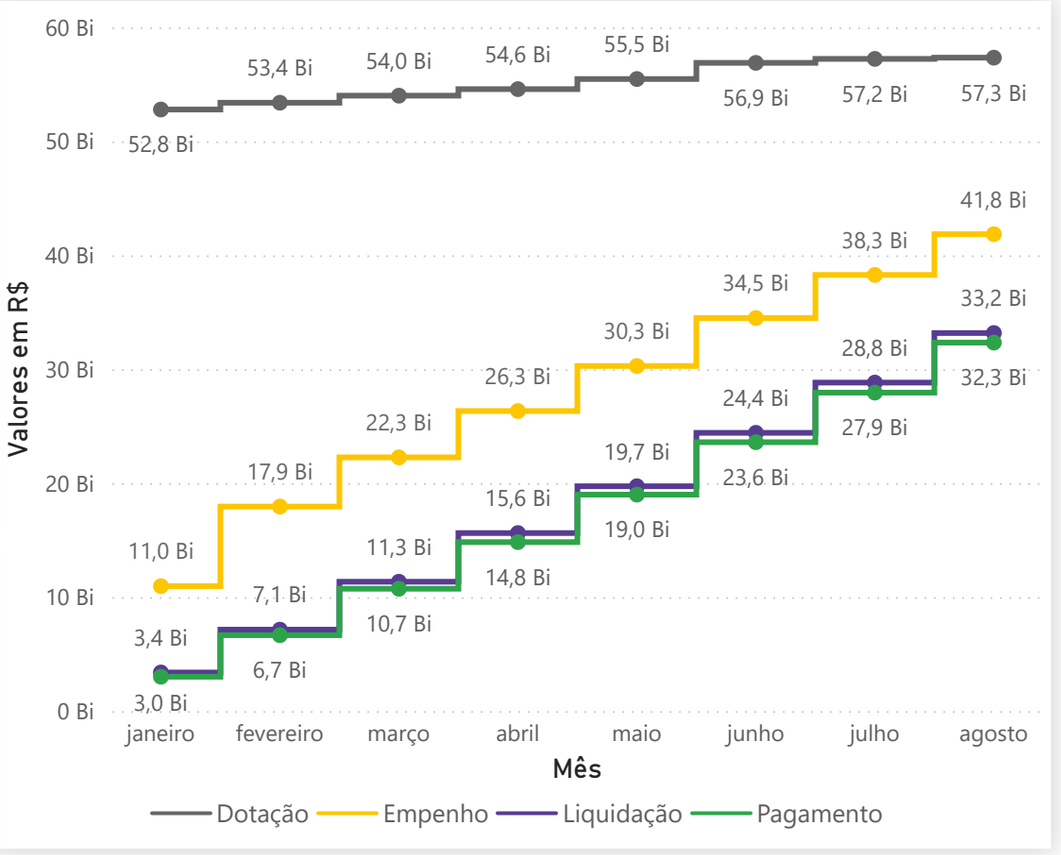


Execução Orçamentária

Comparativo anual - Incluindo Poderes

57,34 Bi	41,85 Bi	33,17 Bi	32,33 Bi
Realizado até agosto **Dotação Autorizada**	Realizado até agosto **Valor Empenhado**	Realizado até agosto **Valor liquidado**	Realizado até agosto **Valor Pago**

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	29.258 Mi	19.147 Mi	18.830 Mi	18.483 Mi	65,44%	98,34%	98,16%
2	408 Mi	339 Mi	251 Mi	251 Mi	83,12%	74,14%	100,00%
3	18.484 Mi	16.308 Mi	10.999 Mi	10.644 Mi	88,23%	67,44%	96,77%
4	6.899 Mi	4.906 Mi	2.205 Mi	2.097 Mi	71,11%	44,94%	95,13%
5	266 Mi	246 Mi	241 Mi	213 Mi	92,40%	97,70%	88,51%
6	1.038 Mi	900 Mi	647 Mi	647 Mi	86,73%	71,82%	100,00%
9	984 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	**57.337 Mi**	**41.847 Mi**	**33.172 Mi**	**32.335 Mi**	**72,98%**	**79,27%**	**97,48%**



Esse painel apresenta a execução orçamentária do Estado incluindo outros Poderes. Em agosto de 2026, foram empenhados **R$ 41,85 bilhões**.

Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R$ 33,17 bilhões**, correspondendo a **79,27%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados até agosto de 2026 totalizam **R$ 32,33 bilhões**, o que representa **97,48%** do valor liquidado.

Execução Orçamentária

Comparativo anual - Apenas Executivo

49,35 Bi
Realizado até agosto
Dotação Autorizada

36,09 Bi
Realizado até agosto
Valor Empenhado

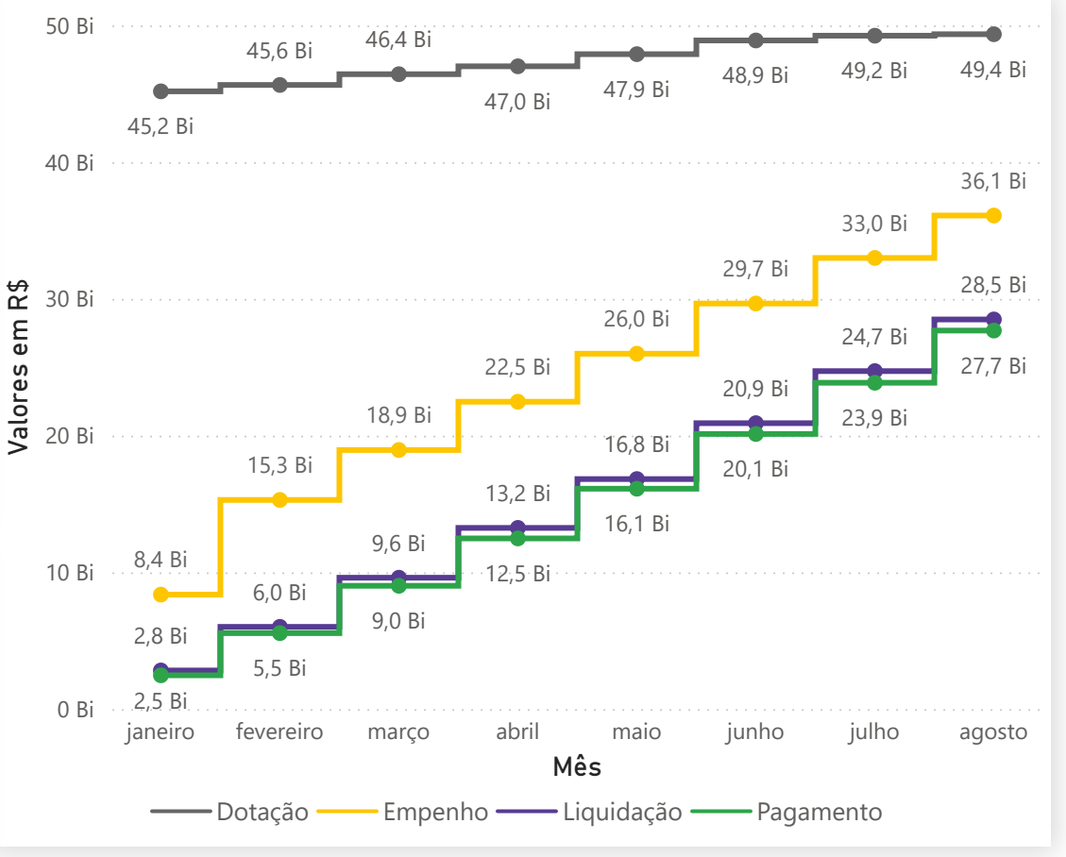
28,49 Bi
Realizado até agosto
Valor liquidado

27,68 Bi
Realizado até agosto
Valor Pago

Grupo de despesa	Dotação	Empenho	Liquidação	Pagamento	Emp/Dot.	Liq/Emp.	Pag/Liq.
1	24.148 Mi	15.660 Mi	15.525 Mi	15.196 Mi	64,85%	99,14%	97,88%
2	408 Mi	339 Mi	251 Mi	251 Mi	83,12%	74,14%	100,00%
3	16.085 Mi	14.275 Mi	9.679 Mi	9.331 Mi	88,74%	67,81%	96,41%
4	6.435 Mi	4.671 Mi	2.147 Mi	2.041 Mi	72,59%	45,97%	95,04%
5	251 Mi	246 Mi	241 Mi	213 Mi	97,92%	97,70%	88,51%
6	1.038 Mi	900 Mi	647 Mi	647 Mi	86,73%	71,82%	100,00%
9	984 Mi	0 Mi	0 Mi	0 Mi	0,00%		
Total	**49.350 Mi**	**36.091 Mi**	**28.490 Mi**	**27.679 Mi**	**73,13%**	**78,94%**	**97,15%**

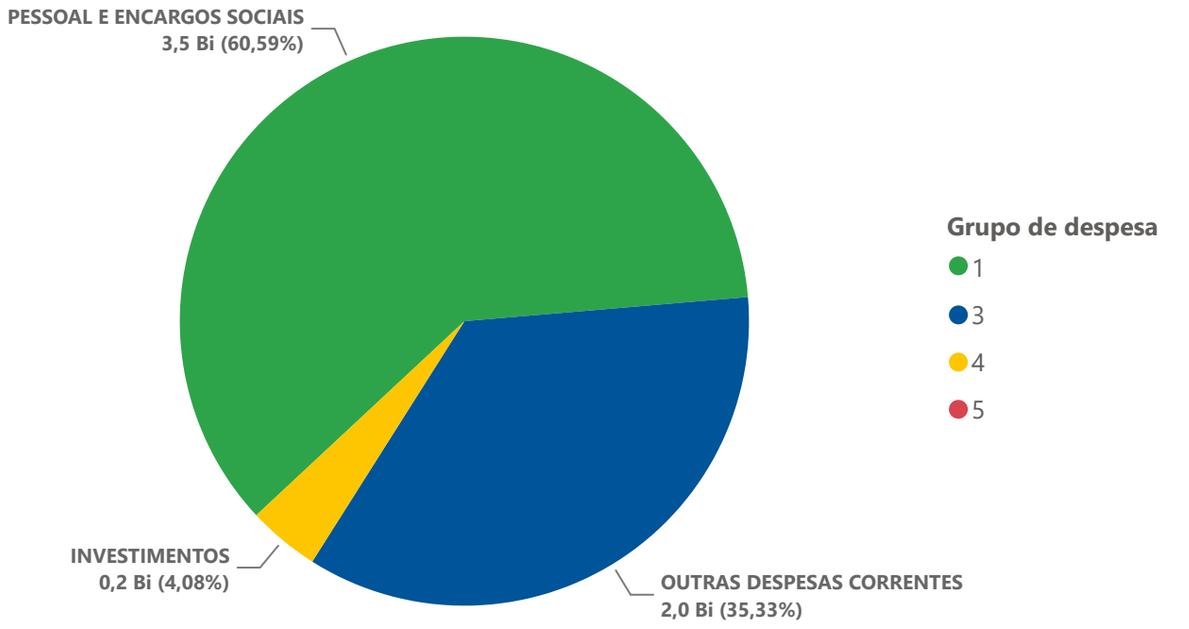
No que se refere ao Poder Executivo, verifica-se que até **agosto** de 2026, foram empenhados **R$ 36,09 bilhões**.

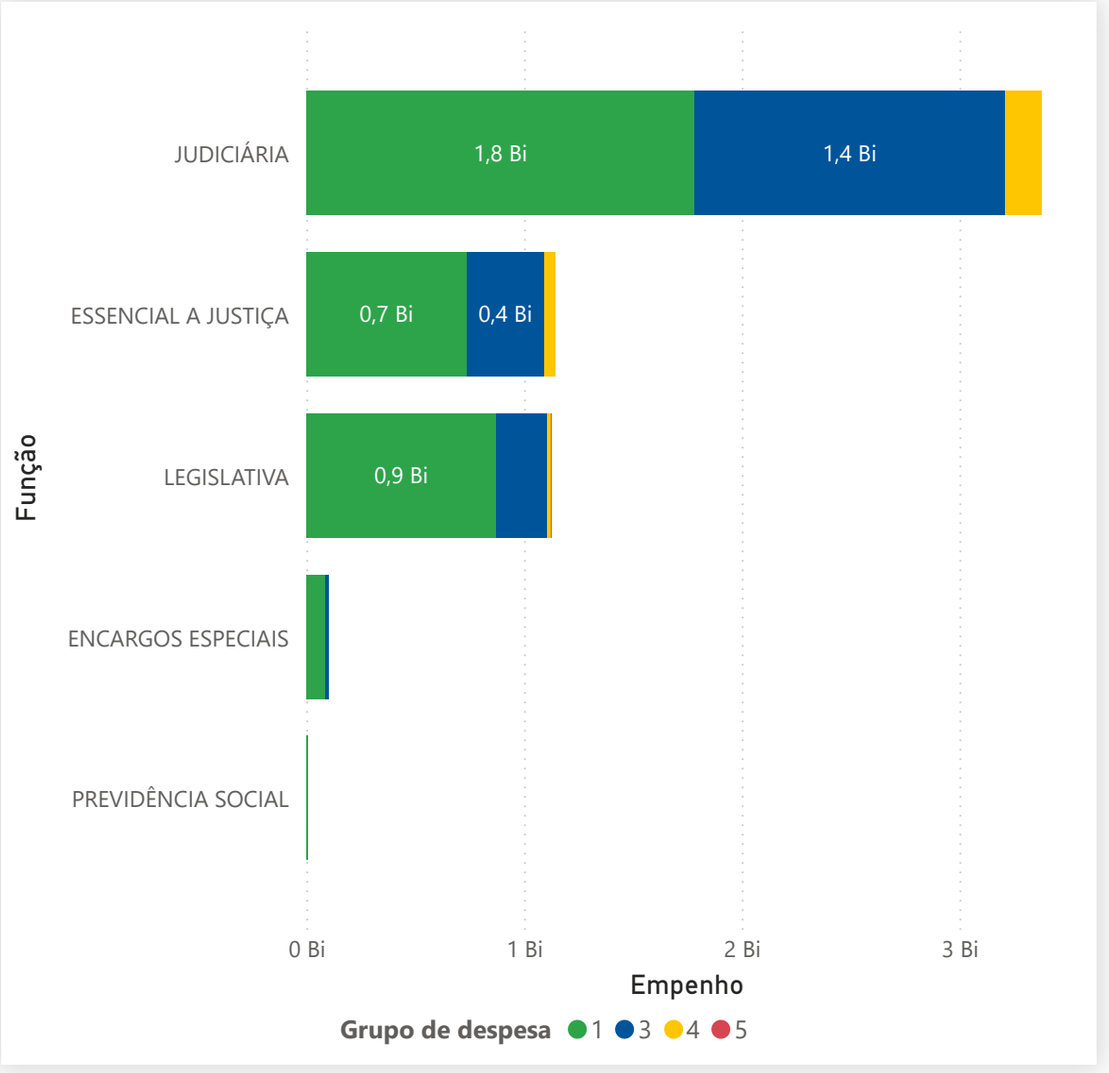
Em relação à liquidação, o valor realizado soma **R$ 28,49 bilhões**, correspondendo a **78,94%** do total empenhado. Já os pagamentos efetuados totalizam **R$ 27,68 bilhões**, o que representa **97,15%** do valor liquidado.



Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Outros Poderes

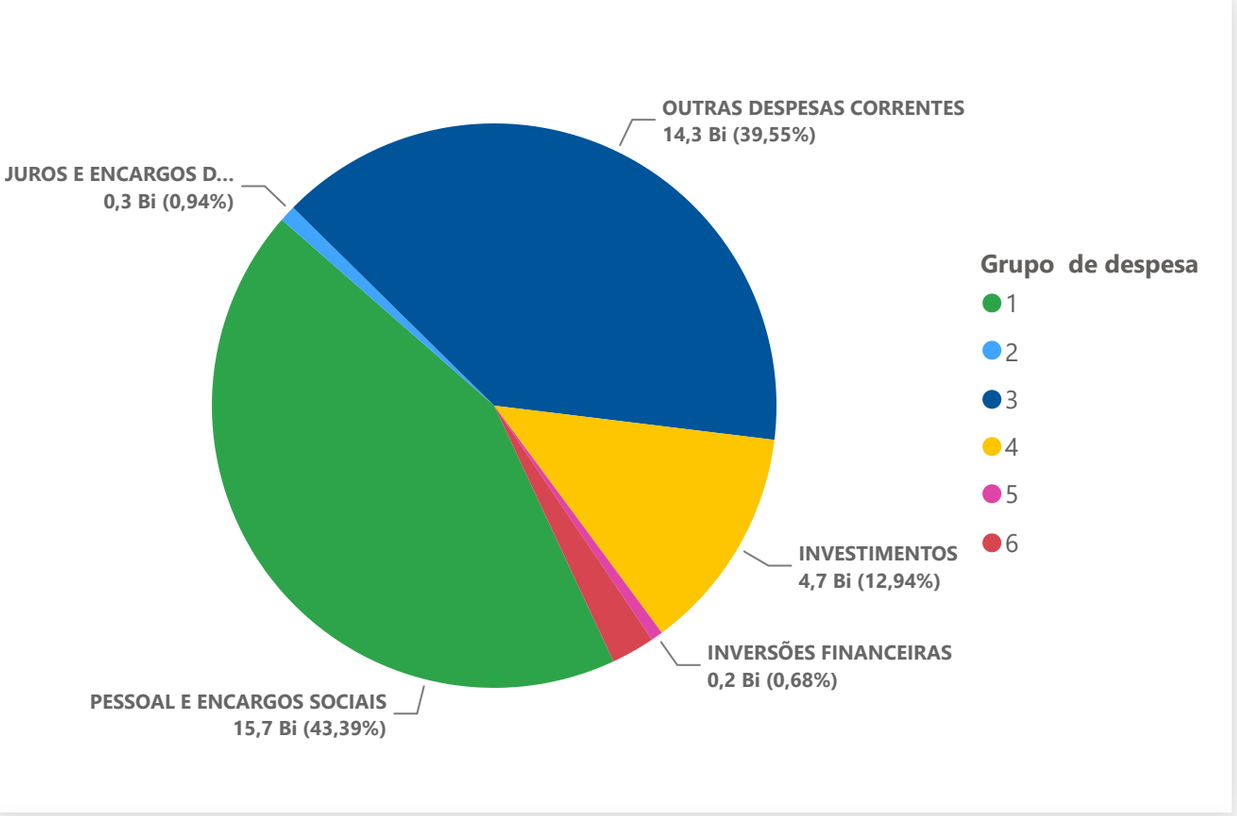


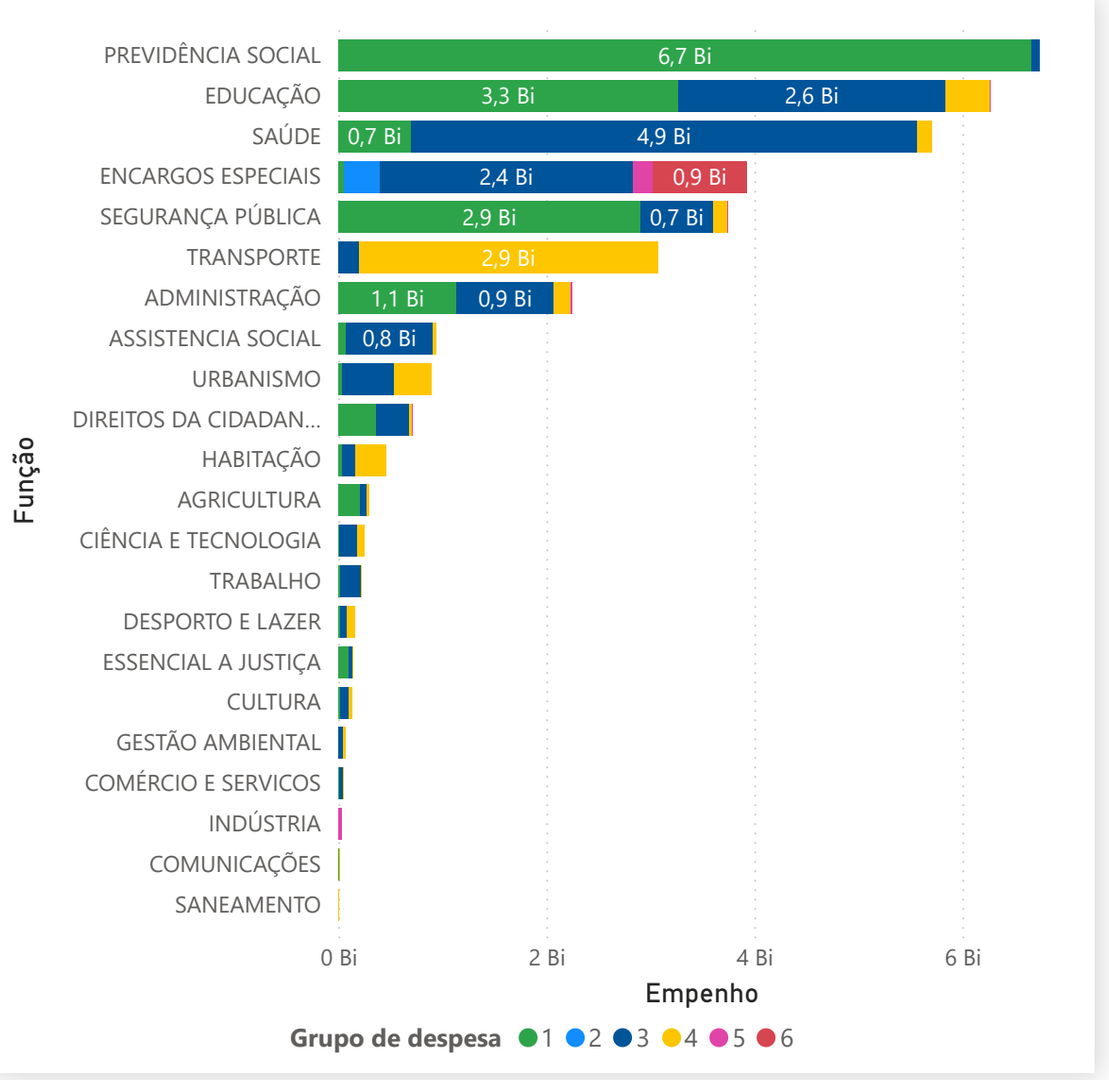


No Gráfico acima tem-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções relacionadas aos Outros Poderes. O principal grupo de despesa é o de Pessoal e Encargos Sociais, representando **60,59%**. Em seguida, tem-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **35,33%**. Por fim, os Investimentos representam **4,08%**.

Despesa empenhada

Comparativo por grupo de despesa e função - Apenas Executivo





No Gráfico acima apresenta-se a execução orçamentária dos diferentes grupos de despesa e funções, considerando apenas o Poder Executivo. O principal grupo de despesa é a despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que representa **43,39%** do total. Em seguida, destacam-se as Outras Despesas Correntes, correspondendo a **39,55%**. Os Investimentos, por sua vez, representam **12,94%**. Destaca-se o empenho para as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.

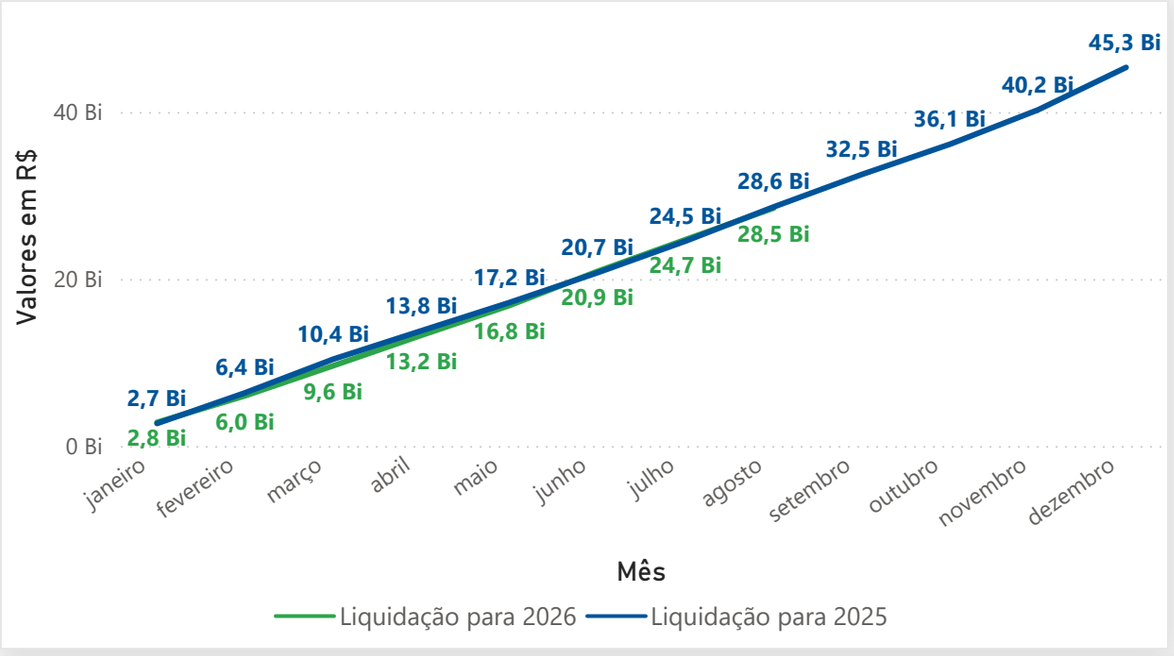
Despesa liquidada

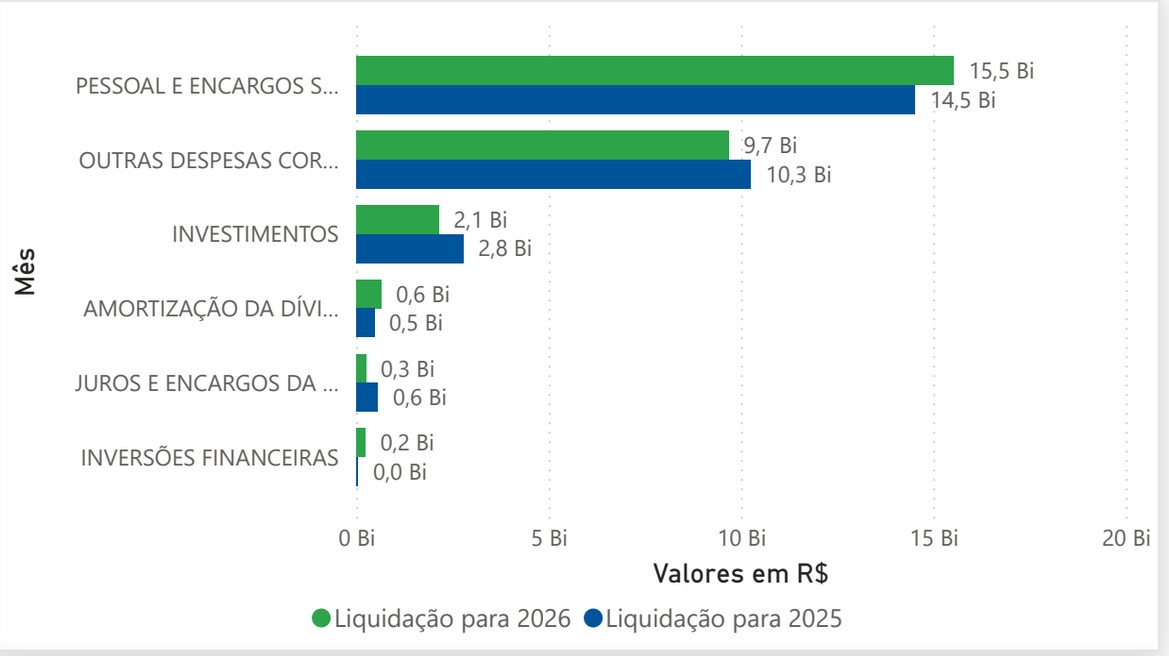
Comparativo anual - Apenas Executivo

28,49 Bi
Realizado até agosto
Despesa Liquidada em 2026

28,63 Bi
Realizado até agosto
Despesa Liquidada em 2025

-0,48%
Variação (%)
Despesa Total Liquidada



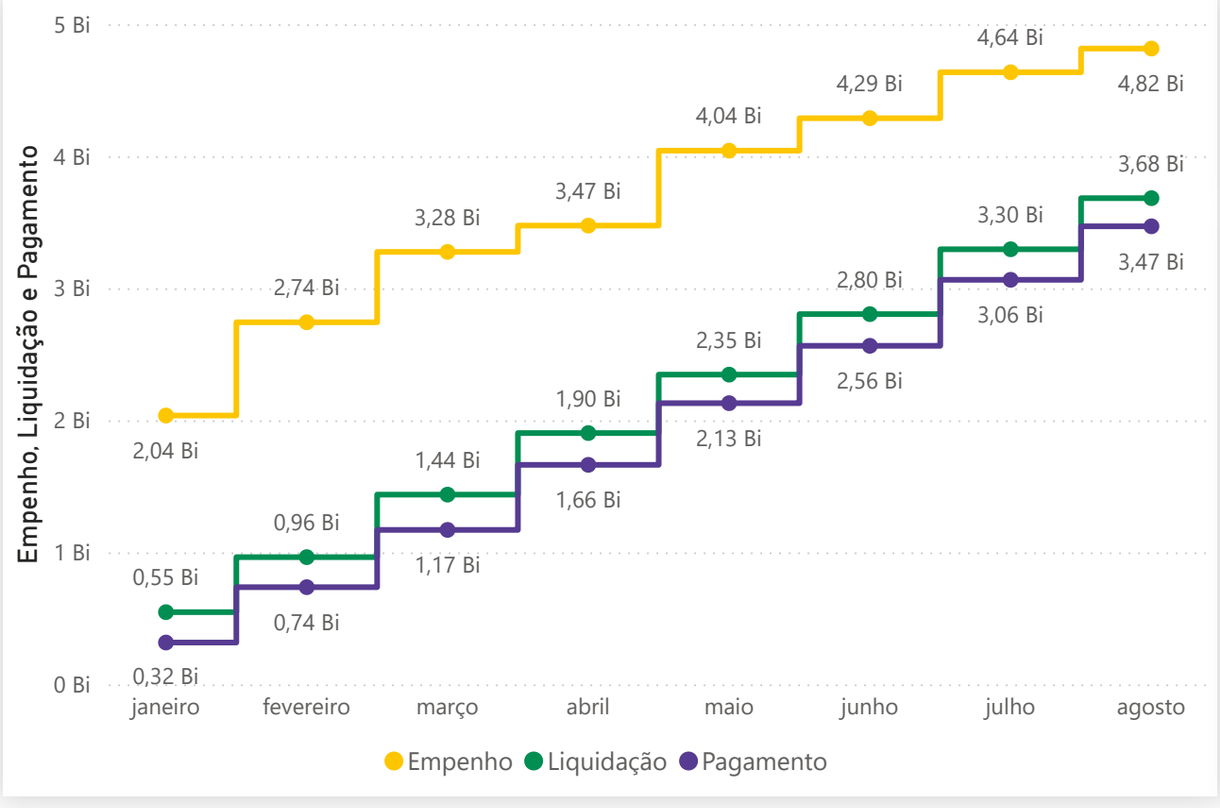


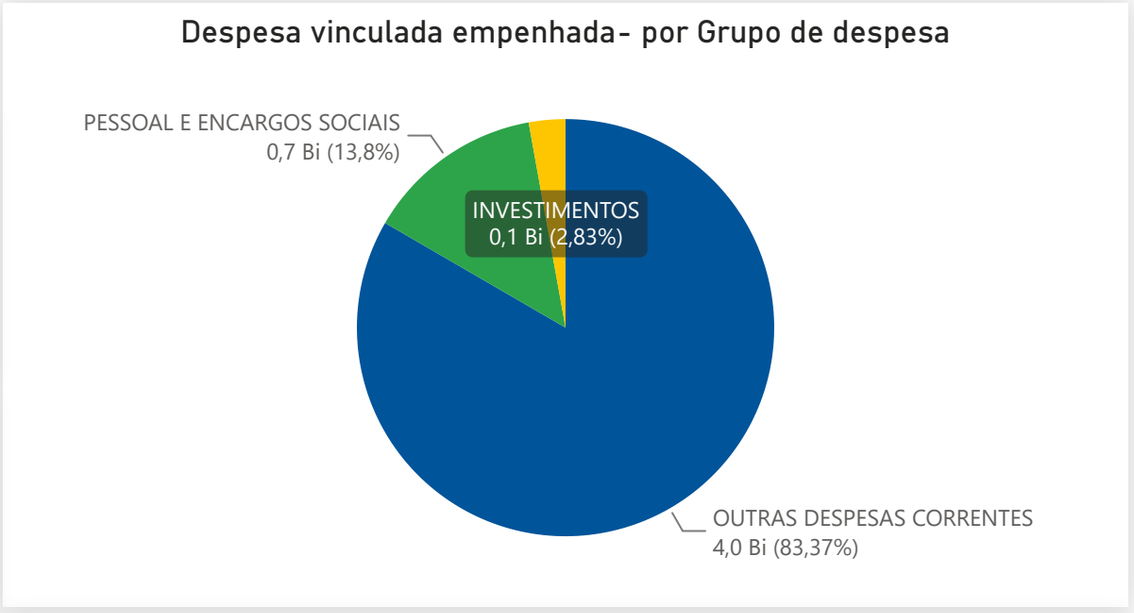
Acima apresenta-se a Despesa Liquidada do Poder Executivo. O total de despesa liquidada até agosto de 2026 foi de **R$ 28,49 bilhões**, o que representa um decréscimo de **0,48%** em relação ao mesmo período de 2025, quando a despesa totalizou **R$ 28,63 bilhões**. Já o Gráfico à direita detalha as despesas por grupo, destacando que o maior componente é o de Pessoal e Encargos Sociais, que totalizou **R$ 15,53 bilhões (+6,89%)**, seguido pelas Outras Despesas Correntes, com **R$ 9,68 bilhões (-5,60%)** e os Investimentos que somaram **R$ 2.147,12 milhões (-22,90%)**.

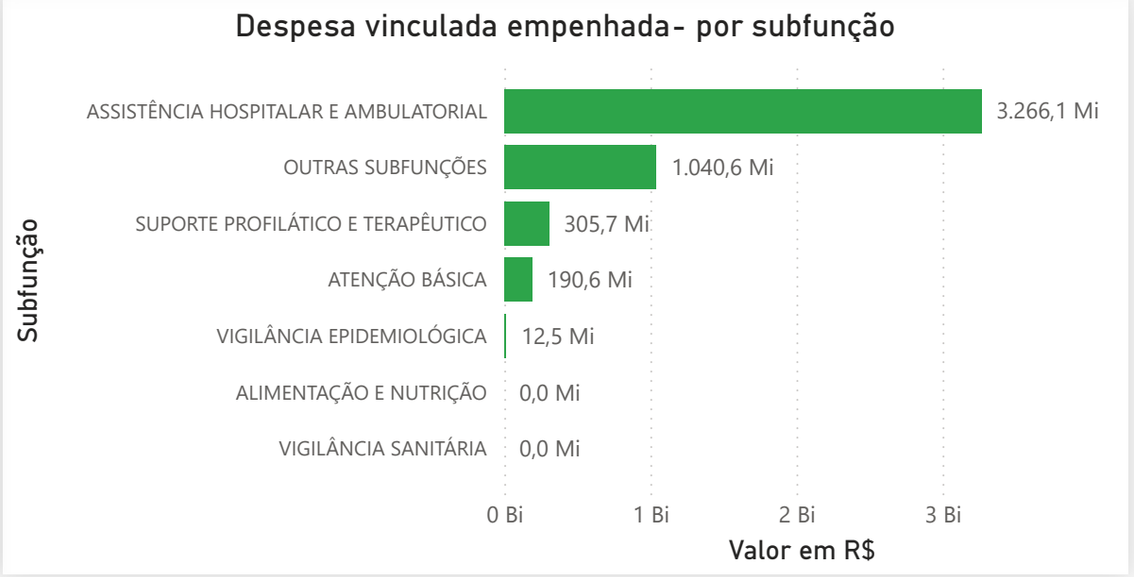
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Saúde

Esse painel apresenta a execução orçamentária das despesas relacionadas ao cumprimento do mínimo constitucional com saúde. Sob a ótica da execução, em agosto de 2026, foram empenhados **R$ 4,82 bilhões**, dos quais foram liquidados **R$ 3,68 bilhões** e pagos **R$ 3,47 bilhões**. Nos Gráficos ao lado, demonstram-se a despesa empenhada por grupo de despesas e por subfunção.



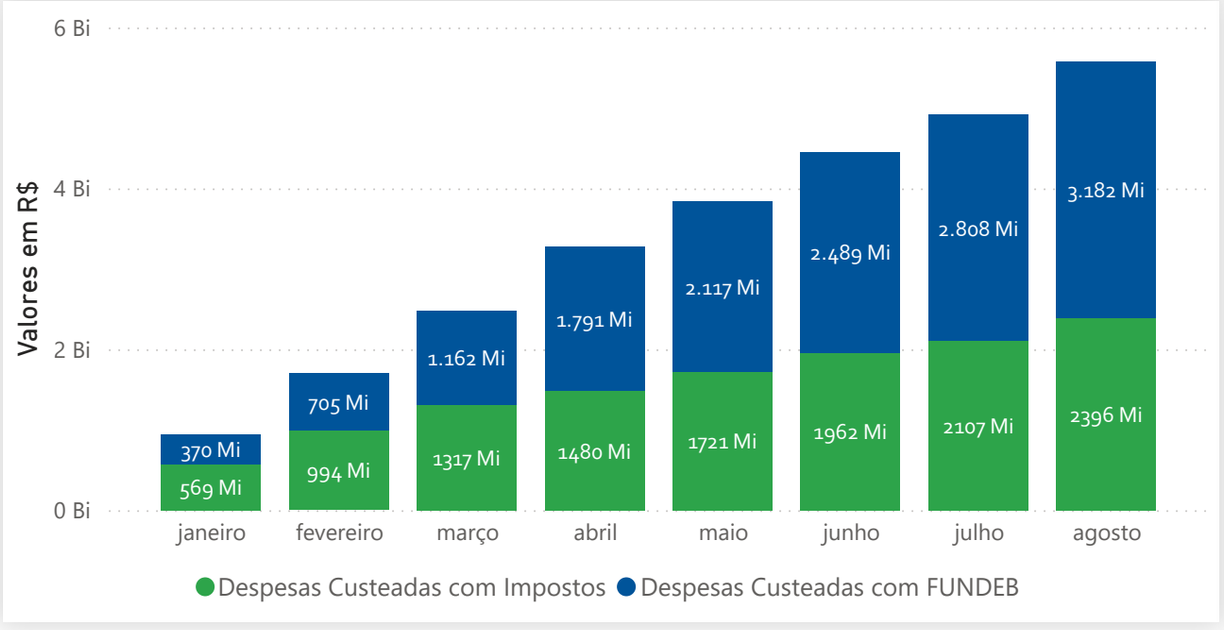


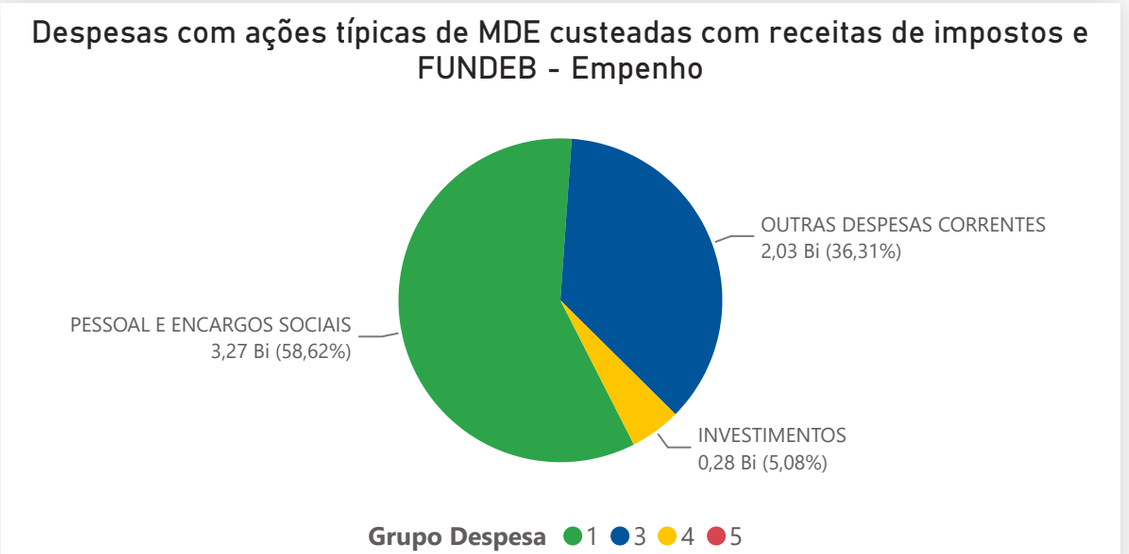


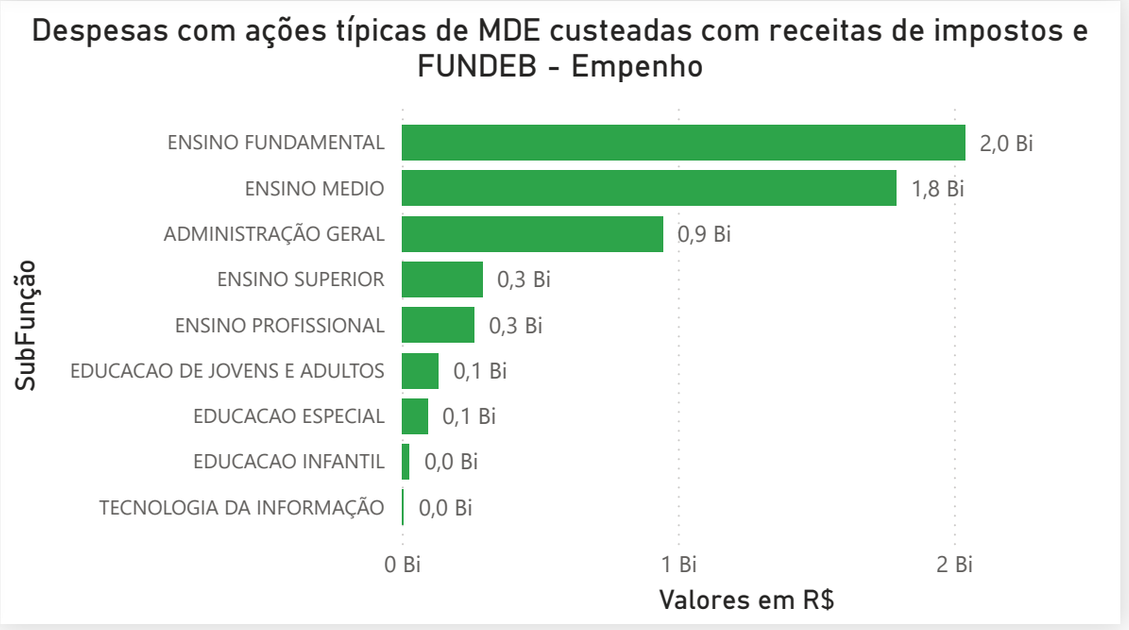
Mínimos Constitucionais

Despesa vinculada com Educação

Quanto à vinculação constitucional em educação, o Estado deve destinar, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Deste montante, 20% da RLIT são retidos automaticamente para o FUNDEB, cabendo ao Estado o aporte complementar para atingir o limite exigido. Em agosto de 2026, as despesas empenhadas com **Recursos de Impostos (exceto FUNDEB)** somaram **R$ 2,40 bilhões**, enquanto as **Despesas custeadas com recursos do FUNDEB**, somaram **R$ 3,18 bilhões**. Assim, o valor total aplicado em educação alcançou **R$ 5,58 bilhões**.







4. PRINCIPAIS RESULTADOS

4.1 Resultado Orçamentário 34
4.2 Resultado Primário 35
4.3 Receita Corrente Líquida (RCL) 36
4.4 Despesa com Pessoal sobre RCL 37
4.5 Disponibilidade de Caixa 38

Nesta seção apresentam-se os principais resultados do Estado de Goiás em agosto de 2026, como o Resultado Orçamentário, Resultado Primário, a Receita Corrente Líquida (RCL), os Limites de Despesa com Pessoal e a Disponibilidade de Caixa.



Resultado Orçamentário

Receitas e Despesas

33,51 Bi

Acumulado até agosto

TOTAL DAS RECEITAS

33,17 Bi

Acumulado até agosto

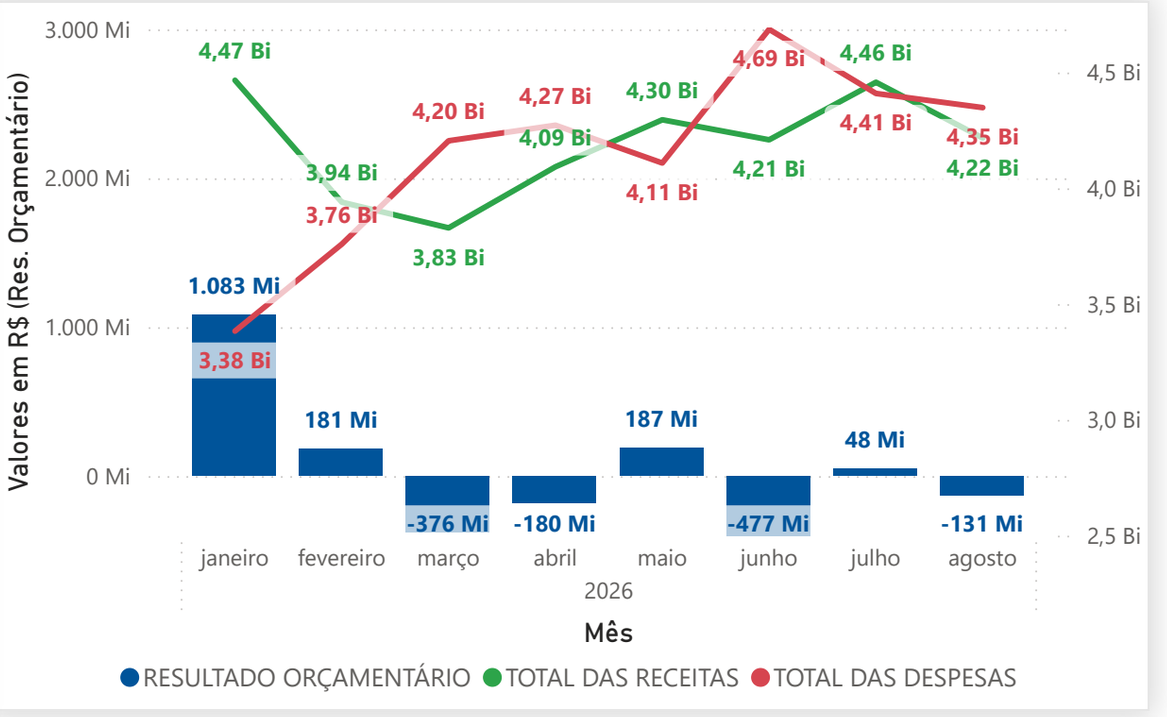
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS

335,57 Mi

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO ACUMULADO

RECEITAS (Realizadas)	2026 (Acumulado)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.275,98 Mi
RECEITAS CORRENTES	32.190,83 Mi
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19.000,20 Mi
CONTRIBUIÇÕES	1.400,04 Mi
RECEITA PATRIMONIAL	1.456,91 Mi
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00 Mi
RECEITA INDUSTRIAL	0,00 Mi
RECEITA DE SERVIÇOS	128,35 Mi
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.945,00 Mi
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.260,32 Mi
RECEITAS DE CAPITAL	85,15 Mi
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.231,14 Mi
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.507,12 Mi
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00 Mi
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	33.507,12 Mi

DESPESAS (Liquidado)	2026 (Acumulado)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.910,43 Mi
DESPESAS CORRENTES	28.818,55 Mi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.735,76 Mi
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	251,26 Mi
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.831,52 Mi
DESPESAS DE CAPITAL	3.091,88 Mi
INVESTIMENTOS	2.204,63 Mi
INVERSÕES FINANCEIRAS	240,58 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	646,67 Mi
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.261,12 Mi
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.171,55 Mi
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00 Mi
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	33.171,55 Mi



O resultado orçamentário representa o saldo entre receitas e despesas de todo o governo, incluindo componentes financeiros, como os juros e a amortização da dívida pública. No acumulado até agosto de 2026, o total das receitas foi de **R$ 33,51 bilhões**, enquanto as despesas totais no mesmo período somaram **R$ 33,17 bilhões**. Assim, o Estado de Goiás registrou um superávit acumulado de **R$ 335,57 milhões** no período.

Resultado Primário

Receitas e Despesas

29,88 Bi

Acumulado até agosto

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

29,15 Bi

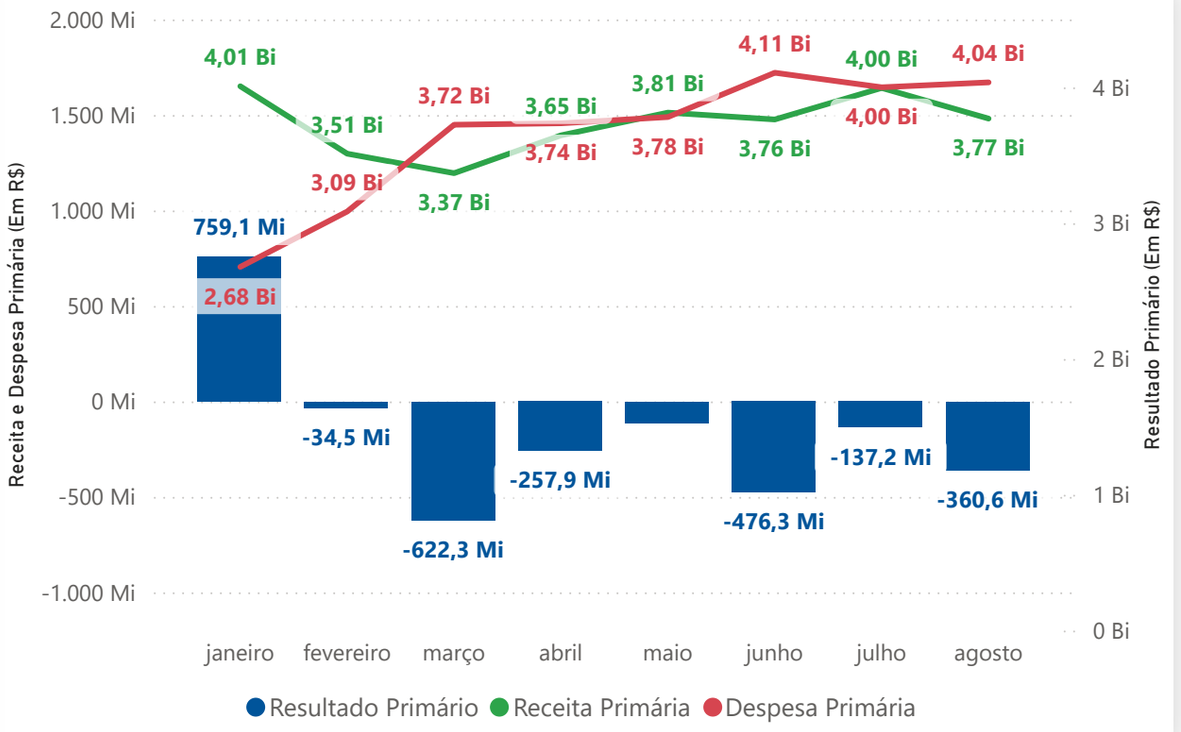
Acumulado até agosto

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO RPPS)

-1.243,20 Mi

RESULTADO PRIMÁRIO ACUMULADO

Descrição	Despesa Paga	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Pago
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	27.091,02 Mi	136,95 Mi	581,79 Mi
Pessoal e Encargos Sociais	16.210,05 Mi	58,80 Mi	5,41 Mi
Juros e Encargos da Dívida (II)	251,26 Mi	0,01 Mi	0,00 Mi
Outras Despesas Correntes	10.629,71 Mi	78,14 Mi	576,37 Mi
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (III) = (I - II)	26.839,75 Mi	136,94 Mi	581,79 Mi
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (IV)	2.287,05 Mi	0,22 Mi	1,37 Mi
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VI)	2.956,25 Mi	131,59 Mi	1.120,74 Mi
Investimentos	2.096,65 Mi	29,97 Mi	1.113,64 Mi
Inversões Financeiras	212,93 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (VII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (VIII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Aquisição de Título de Crédito (IX)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
Demais Inversões Financeiras	212,93 Mi	101,63 Mi	7,10 Mi
Amortização da Dívida (X)	646,67 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XI) = [VI - (VII + VIII + IX + X)]	2.309,58 Mi	131,59 Mi	1.120,74 Mi
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XII)	0,67 Mi	0,00 Mi	0,09 Mi
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIII)	0,00 Mi	0,00 Mi	0,00 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIV) = (III + IV + XI + XXIX + XII)	31.437,05 Mi	268,75 Mi	1.703,99 Mi
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XV) = (III + XI + XXIX)	29.149,33 Mi	268,53 Mi	1.702,53 Mi



O Gráfico apresentado mostra a evolução mensal da Receita Primária, da Despesa Primária e do Resultado Primário ao longo de 2026.

Receita Corrente Líquida (RCL)

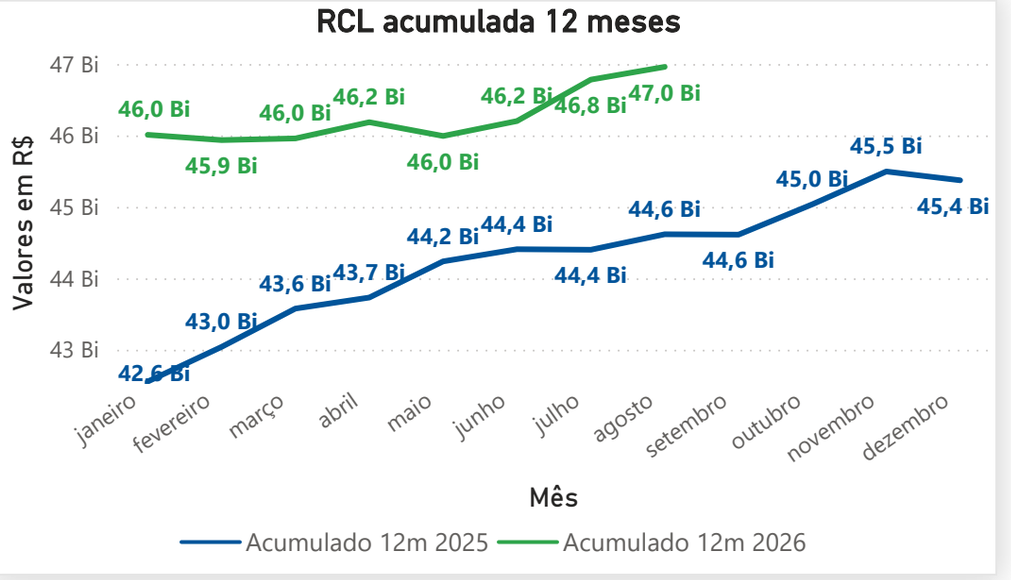
Acumulada 12 meses e mensal

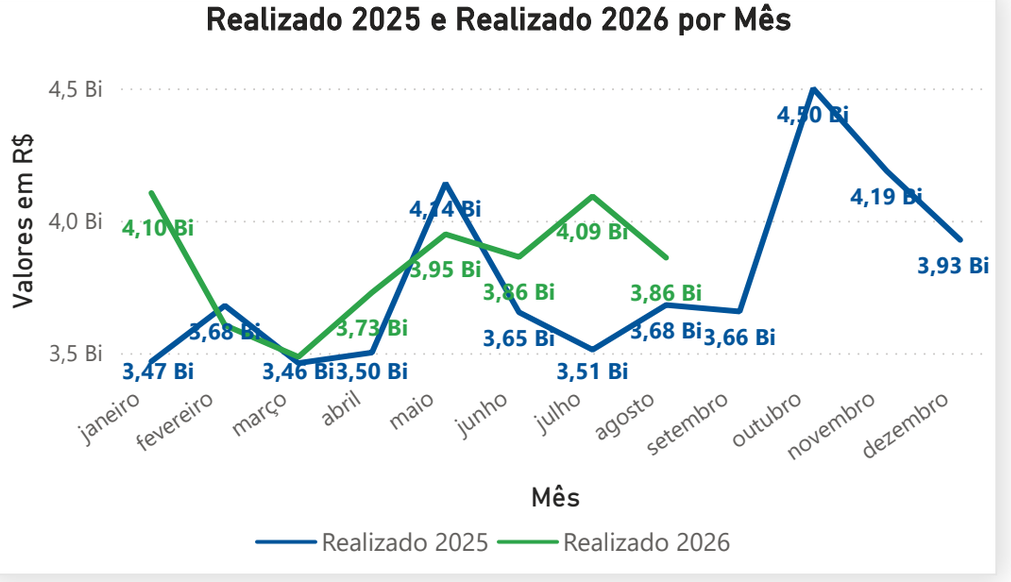
3,86 Bi
Realizado em agosto
(Valor mensal)

46,96 Bi
Realizado em agosto
(Acum.12 meses)

Mês	Mensal 2025	Mensal 2026	Acumulado 12m. 2025	Acumulado 12m. 2026	Diferença (%) Mensal	Diferença (%) 12m Acumulado
janeiro	3.468 Mi	4.105 Mi	42.554 Mi	46.007 Mi ▲	18,35% ▲	8,12%
fevereiro	3.679 Mi	3.605 Mi	43.039 Mi	45.934 Mi ▼	-2,01% ▲	6,73%
março	3.462 Mi	3.485 Mi	43.575 Mi	45.957 Mi ▲	0,68% ▲	5,47%
abril	3.502 Mi	3.729 Mi	43.729 Mi	46.184 Mi ▲	6,48% ▲	5,61%
maio	4.142 Mi	3.949 Mi	44.236 Mi	45.991 Mi ▼	-4,66% ▲	3,97%
junho	3.654 Mi	3.863 Mi	44.406 Mi	46.200 Mi ▲	5,72% ▲	4,04%
julho	3.512 Mi	4.092 Mi	44.399 Mi	46.780 Mi ▲	16,51% ▲	5,36%
agosto	3.681 Mi	3.860 Mi	44.615 Mi	46.959 Mi ▲	4,85% ▲	5,25%
setembro	3.657 Mi		44.610 Mi			
outubro	4.499 Mi		45.035 Mi			
novembro	4.188 Mi		45.494 Mi			
dezembro	3.927 Mi		45.371 Mi			

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um dos principais indicadores das finanças públicas, utilizada, entre outros fins, para monitorar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação à Despesa com Pessoal. Para o mês de **agosto** de 2026, a RCL acumulada nos últimos 12 meses foi de **R$ 46,96** bilhões, crescimento de **5,25%** na comparação com o mesmo período do ano anterior.





Despesa com Pessoal sobre a RCL*

Comparativo anual - Apenas Executivo

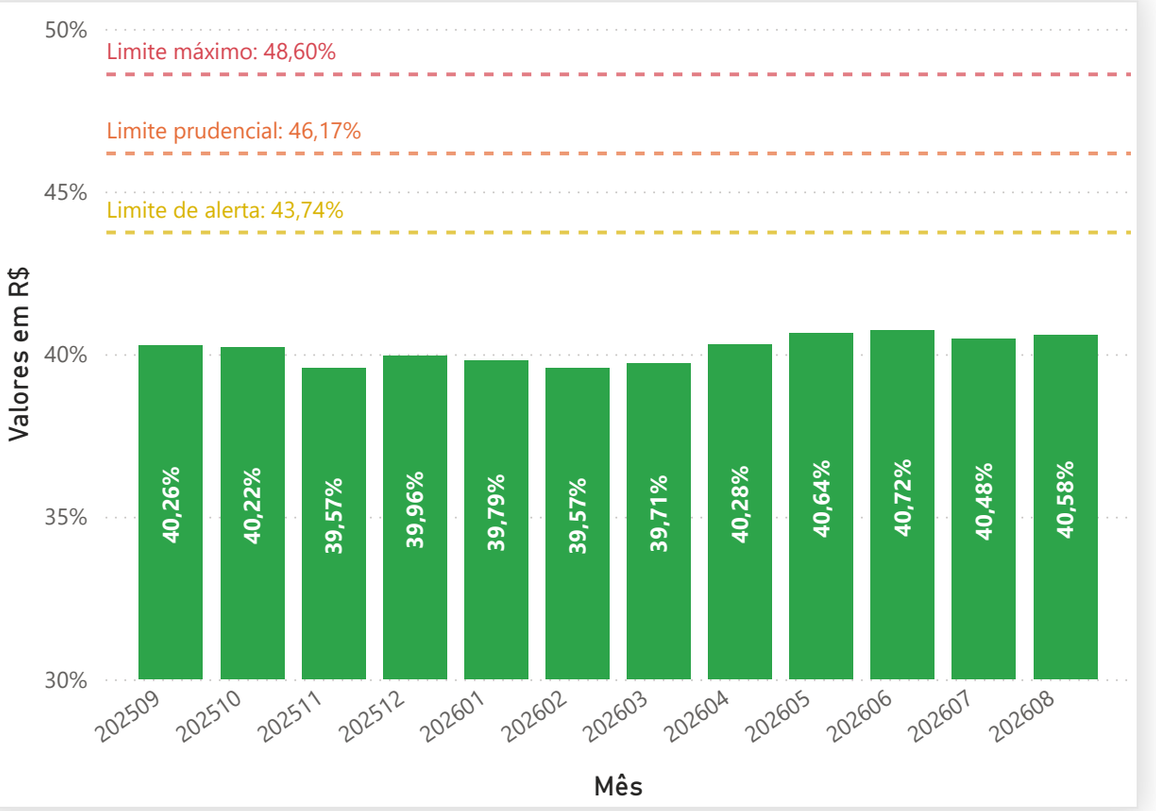
19,05 Bi

Realizado em agosto
(Acum.12 meses)

40,58%

Realizado em agosto
(Acum.12 meses)

Ano (Mês)	Despesa com Pessoal (DTP) Acumulada 12m	Receita Corrente Líquida Ajustada Acumulada 12m	DTP sobre RCL ajustada
202608	19.051,19 Mi	46.946,53 Mi	40,58%
202607	18.930,11 Mi	46.767,29 Mi	40,48%
202606	18.805,62 Mi	46.187,46 Mi	40,72%
202605	18.683,95 Mi	45.979,39 Mi	40,64%
202604	18.597,42 Mi	46.172,50 Mi	40,28%
202603	18.242,96 Mi	45.945,56 Mi	39,71%
202602	18.173,46 Mi	45.922,80 Mi	39,57%
202601	18.302,10 Mi	45.997,13 Mi	39,79%
202512	18.124,23 Mi	45.360,61 Mi	39,96%
202511	17.972,03 Mi	45.424,06 Mi	39,57%
202510	18.083,95 Mi	44.965,55 Mi	40,22%
202509	17.933,00 Mi	44.540,36 Mi	40,26%



A 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) trouxe uma mudança significativa na apuração da Despesa Total com Pessoal (DTP) para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta nova edição, os contratos com Organizações Sociais (OS) foram excluídos da base de cálculo da DTP. Em agosto de 2026, a despesa acumulada em 12 meses totalizou **R$ 19,05 bilhões**. Considerando a Receita Corrente Líquida Ajustada para limites de DTP de R$ **46,95 bilhões** no período, o índice DTP/RCL ficou em **40,58%**. Este resultado situa o Estado abaixo do Limite de Alerta (**43,74%**).

* Valores representam uma estimativa.

Disponibilidade de Caixa

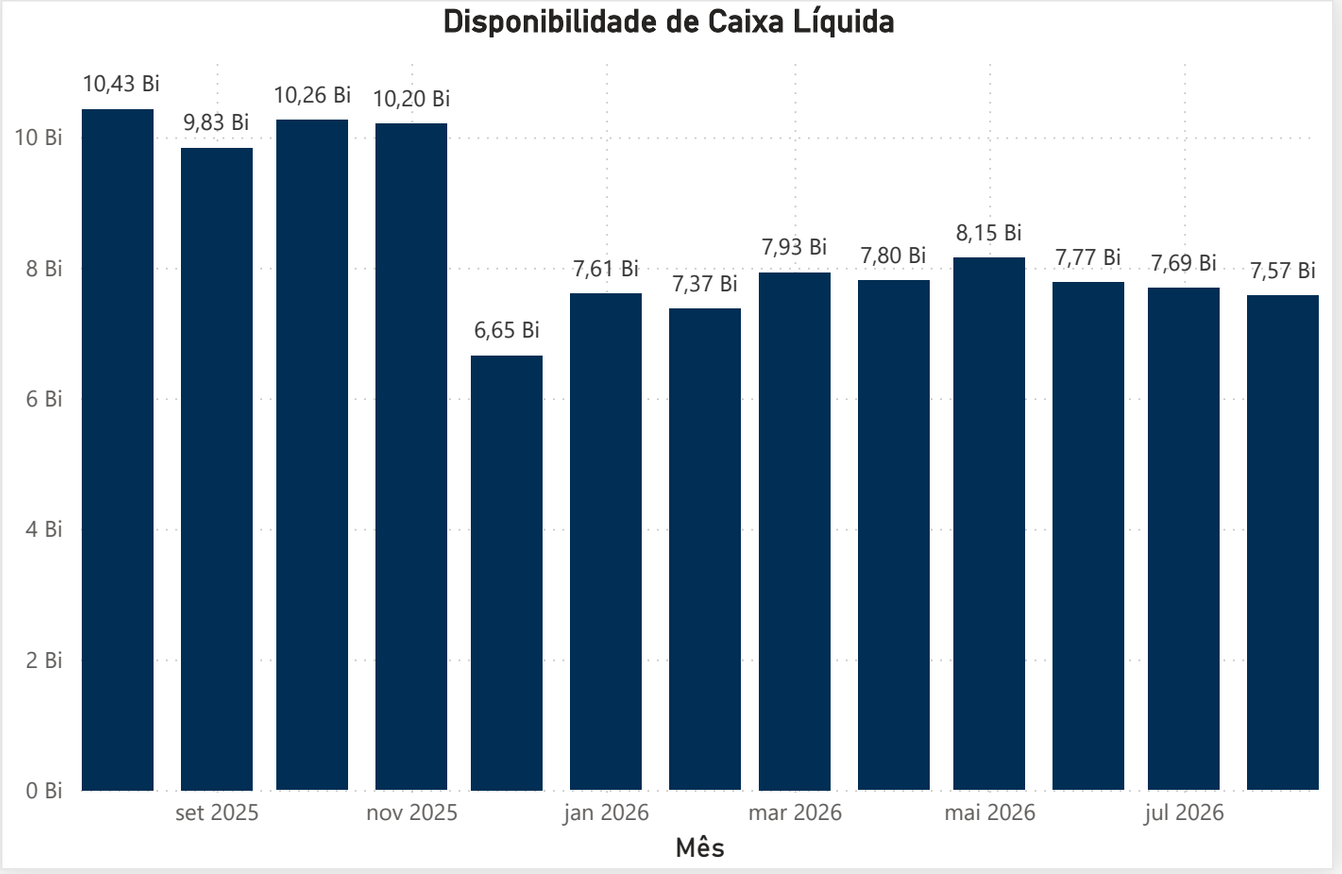
Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida - Apenas Executivo

7,57 Bi
Realizado em agosto
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2026

10,43 Bi
Realizado em agosto
DISP. CAIXA LÍQUIDA CUTE 2025

-27,44%
VARIAÇÃO (%)

FONTE	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade Caixa bruta fora CUTE (b)	Restos a Pagar (c)	Outras Obrigações Financeiras (d)	Disp. de caixa líquida da CUTE (a-b-c-d)
Não Vinculados	3.589,85 Mi	113,05 Mi	204,38 Mi	73,48 Mi	3.198,94 Mi
Vinculado	7.881,97 Mi	2.848,86 Mi	353,48 Mi	311,48 Mi	4.368,14 Mi
Total	**11.471,81 Mi**	**2.961,91 Mi**	**557,87 Mi**	**384,96 Mi**	**7.567,08 Mi**



O painel apresenta a Disponibilidade de Caixa Bruta e Líquida do Poder Executivo no período de agosto de 2026. A Disponibilidade de Caixa Bruta alcançou **R$ 11,47 bilhões**. Após a dedução da parcela fora da Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) **R$ 2,96 bilhões**, dos Restos a Pagar **R$ 557,87 milhões** e de outras obrigações financeiras **R$ 384,96 milhões**, a Disponibilidade de Caixa Líquida da CUTE totalizou **R$ 7,57 bilhões**.

Além disso, observa-se que a Disponibilidade de Caixa Líquida apresentou uma redução de **27,44%** em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizava **R$ 10,43 bilhões**. Essa redução reflete, em parte, a utilização da poupança financeira acumulada em exercícios anteriores para o financiamento das despesas e a execução da programação financeira do Estado, não representando, isoladamente, uma deterioração da capacidade financeira do Tesouro.

Secretaria de Estado da Economia

DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
Governador do Estado de Goiás

RENATA LACERDA NOLETO
Secretária de Estado da Economia

ALYNE ANTEVELI OSAJIMA
Secretária-Adjunta

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
Subsecretário do Tesouro Estadual

JULIANA CAMILO MANZI PORTO
Superintendente Financeira

THIAGO NEVES PEREIRA
Gerente de Projeções e Análises Fiscais

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
Subsecretário Central de Orçamento

WAYSER LUIZ PEREIRA
Subsecretário da Receita Estadual

DEIBE PAIVA LIMA
Superintendente de Informações Fiscais

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Auditoria

FABIANO GOMES DE PAULA
Superintendente de Recuperação de Créditos

GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS CARDOSO
Superintendente de Fiscalização Regionalizada

MARINA TORRES PACHECO
Gerente de Integração e Análise de Dados

FERNANDO CÉSAR GANZER
Gerente de Combustíveis

NIXON WANDER GENTIL RAMALHO
Gerente de Substituição Tributária

HELBER RICARDO DE OLIVEIRA
Gerente de Auditoria de Indústria e Atacado

ROBERTO GONÇALVES DE CASTRO
Gerente de Auditoria de Varejo e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ MARTINS DOS SANTOS
Gerente de Auditoria das Operações de Comércio Exterior e SUFRAMA

RODRIGO DE PAULA SILVA
Gerente do ITCD

JORGE ARÊAS DIMARIA DA SILVA
Gerente do IPVA

EQUIPE TÉCNICA
Jorge Henrique Barros Lemos – GIAD
Leandro Bueno Chaves - GIAD
Ramon Raito Philot Mathias - GIAD
Graciela Aparecida Profeta - GEPAF
Luiz Batista Alves - GEPAF
Natanael Soares Leite – GEPAF
Raphael Maciel de Lima – GEPAF



Secretaria de
Estado da
Economia



goias.gov.br/economia